

PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ



EM COLABORAÇÃO COM O CONSÓRCIO



APOIO



PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR DO AÇAÍ



O presente estudo foi realizado pelo Instituto Terroá no âmbito do Projeto **Mercados Verdes e Consumo Sustentável**, uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), conduzido pelo consórcio Eco Consult / IPAM Amazônia. É também um resultado engendrado pela iniciativa Diálogos Pró-Açaí.

AUTORES

Renata Maria
Guerreiro
Fontoura Costa
Luís Fernando
Iozzi Beitem

REVISÃO

Terciano Beltrano

PROJETO EDITORIAL

Thiago Oliveira
Basso

COLABORADORES E REVISORES TÉCNICOS

André Machado
David Escaquete
Dolores Teixeira
de Brito
Gabriela Campos
Aguilar
Guilherme
Augusto
Carminato Bircol
Gunter Viteri
Maria Luiza
Benini
Mayara de
Oliveira Biliati
Rogerio de
Oliveira Corrêa

ENTREVISTADOS E REVISORES TÉCNICOS

Fábio Vailatti
Geová Alves
José E. Oliveira
Neto
Mariana da Silva
Cavalcante
Raoni N. da Silva
Rubens Gomes
Taysa Faltz
Macedo
Tiago André Silva



SUMÁRIO



INTRODUÇÃO (05)
OS “DIÁLOGOS PRÓ-AÇAÍ” (07)



Seção I

A CADEIA DO AÇAÍ E OS MECANISMOS DE CERTIFICAÇÃO (09)
AS CERTIFICAÇÕES E MECANISMOS ASSOCIADOS (11)



Seção II

ESTUDOS DE CASO (29)



Seção III

CONSIDERAÇÕES FINAIS (56)



REFERÊNCIAS (62)



INTRODUÇÃO

No cenário atual, o desmatamento da Amazônia tem se consolidado como uma das grandes preocupações globais, ao mesmo tempo em que o setor agroalimentar, como um todo, segue buscando construir soluções para questões como rastreabilidade, transparência nas cadeias de produção, e condições comerciais e de trabalho mais justas.

Observa-se que os grandes acordos comerciais têm se guiado para os critérios de sustentabilidade, enquanto os consumidores também passam a se preocupar, cada vez mais, com questões relacionadas à saúde, origem do produto, impactos e formas de produção. Nesse sentido, como forma de garantir salvaguardas socioambientais, os Padrões de Sustentabilidade têm se mostrado ferramentas relevantes para minimizar impactos negativos e gerar impactos positivos ao longo das cadeias de valor.

Diante do contexto, o objetivo deste estudo é apresentar Padrões de Sustentabilidade adotados atualmente na cadeia do açaí – com destaque para alguns dos esquemas de certificação mais utilizados – a partir de estudos de caso de associações, cooperativas e empresas certificadas atuantes no setor. O documento visa ainda provocar uma análise problematizadora, com o propósito de subsidiar novas intervenções que fortaleçam e promovam práticas ambientais e sociais responsáveis para esta cadeia de valor.

Para fins conceituais, neste estudo, os **Padrões de Sustentabilidade** são esquemas¹ de avaliação da conformidade, conforme definidos na norma ABNT NBR ISO/IEC 17000/2005, considerados como um conjunto de critérios sociais, ambientais e econômicos que

1. Esquema, programa ou sistema de avaliação da conformidade, relativo a objetos específicos de avaliação da conformidade, aos que se aplicam os mesmos requisitos especificados, regras e procedimentos específicos.

– cumpridos por produtores, fabricantes, comerciantes, varejistas ou prestadores de serviços – contribuem para o desenvolvimento sustentável de cadeias de valor. Monitorados por avaliações de terceira-parte, os padrões de sustentabilidade podem ser voluntários ou compulsórios, desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais e nomeados como: **normas², regulamentos³ e resoluções técnicas** (quando desenvolvidos por organizações governamentais), como Normas Voluntárias de Sustentabilidade – NVs (quando desenvolvidos por empresas ou organizações não-governamentais); políticas corporativas (critérios utilizados por empresas em relação aos fornecedores de suas cadeias de suprimentos); ou boas práticas e metodologias reconhecidas como tecnologia social/ambiental por organismos técnicos de referência.

Para o caso das cadeias da sociobiodiversidade da Amazônia, os Padrões de Sustentabilidade são elementos fundamentais para o engendramento de produtos diferenciados em relação a salvaguardas socioambientais, como a proteção de comunidades e povos tradicionais, a rastreabilidade e garantia de origem de produtos florestais, o comércio justo e ético – além de minimizar impactos ambientais da produção ao consumo.

Deste modo, o presente estudo se apresenta em três seções principais: na primeira, são caracterizados os principais esquemas de certificação que atuam no território amazônico vinculados à cadeia do açaí e os elementos relacionados ao seu funcionamento. Na sequência, encontram-se os estudos de caso realizados com empresas e organizações sociais, com enfoque nos esquemas de certificação adotados. Na terceira e última seção, são sistematizados os principais apontamentos e desafios referentes à esta cadeia de valor – resultantes das reflexões da rede de atores participantes deste estudo e do acúmulo de aprendizados das organizações executoras e de seus parceiros.

Em relação à metodologia, o trabalho foi elaborado a partir de revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, entrevistas realizadas com atores-chave dos empreendimentos selecionados e por meio de dados e informações sistematizados ao longo dos encontros realizados pelos “Diálogos Pró-Açaí”.

2. Documento aprovado por uma instituição reconhecida, que prevê, para um uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para os produtos ou processos e métodos de produção conexos, e cuja observância não é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas.

3. Regulamento técnico: Documento aprovado por órgãos governamentais em que se estabelecem as características de um produto ou dos processos e métodos de produção com eles relacionados, com inclusão das disposições administrativas aplicáveis e cuja observância é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas.

Os “Diálogos Pró-Açaí”

Reunindo diversas partes interessadas na cadeia do açaí, o objetivo desta iniciativa é manter diálogos contínuos e fluidos para o fortalecimento dessa importante cadeia da sociobiodiversidade. Por meio de uma série de atividades organizadas e interligadas, busca-se conectar atores-chave para, além de promover a sustentabilidade da cadeia de valor do açaí, proporcionar um bom ambiente de negócios e seguir com a estruturação de uma agenda setorial. Participam dos “Diálogos Pró-Açaí” setores governamentais, empresas, cooperativas, instituições financeiras, incubadoras/aceleradoras, redes nacionais multisectoriais, desenvolvedores de esquemas de certificação, ONGs, universidades e centros de pesquisa.

De novembro de 2018 até o momento, passaram a ocorrer diversos encontros intrasetoriais, como seminários e workshops, além de múltiplas conversas bilaterais entre este grupo. Desde então, o coletivo tem trabalhado conjuntamente na definição de ações concretas para o setor, reforçando o diálogo técnico e político com os principais *stakeholders* envolvidos, e valorizando a abordagem sistêmica da cadeia de valor. Nesse sentido, a iniciativa tem apoiado parcerias de cooperação em busca de impactos coletivos, visando o enfrentamento de riscos comuns e o aproveitamento de oportunidades coletivas. Nesse intercâmbio e troca de experiências e conhecimentos na cadeia, alguns temas têm sido priorizados na agenda, tais como a gestão de informações ao longo da cadeia; os Padrões de Sustentabilidade; o manejo e o plantio de açaizais; o fortalecimento de cooperativas; e o reaproveitamento de resíduos. Este estudo, portanto, é um resultado engendrado pela iniciativa Diálogos Pró-Açaí, com o intuito de disseminar informações sobre Padrões de Sustentabilidade aos envolvidos em toda a cadeia.



Essa é uma iniciativa do Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável, parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), conduzido pelo consórcio Eco Consult e IPAM Amazônia, com apoio do Instituto Terroá, e com a cooperação do Projeto Private Business Action for Biodiversity (PBAB/GIZ), Projeto Bem Diverso (EMBRAPA/PNUD/GEF), Projeto Cadeias de Valor Sustentáveis (ICMBIO/USFS), Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade, por meio do INMETRO, WWF-Brasil, e outros.

Seção I

A CADEIA DO AÇAÍ E OS MECANISMOS DE CERTIFICAÇÃO

O açaí (*Euterpe oleracea* e *Euterpe precatoria*) é um produto da sociobiodiversidade característico da floresta amazônica; vincula-se diretamente aos modos de vida das comunidades extrativistas que ali residem e aos hábitos culturais de estados como o Pará, Amapá e Amazonas, e a extração de seus frutos contribui consideravelmente para a renda dessas famílias. Entre os produtos florestais não-madeireiros, é o produto alimentício que possui o maior volume de produção, seguido da erva-mate e da castanha do Brasil. Ademais, nas últimas décadas, verificou-se um crescimento significativo de seu consumo no Brasil e em outros países, como Estados Unidos e Japão, devido às suas características singulares, qualidades nutricionais e versatilidade no uso culinário (IPAM, 2018; MAPA, 2019).

No entanto, organizações ambientalistas e estudos têm chamado atenção para os problemas associados à expansão do cultivo do açaí de forma desordenada devido ao aumento da demanda do mercado nacional e internacional, realizada de forma não sustentável, associados aos monocultivos, uso de pesticidas e fertilizantes, além de inúmeros outros fatores relacionados à sua cadeia produtiva, que podem ser aprimorados a fim de que esta produção atenda a requisitos de justiça ambiental, social e econômico (IPAM, 2018; AZEVEDO, 2019).

Entre os desafios presentes neste cenário, encontram-se: aumento das monoculturas e erosão genética; perda de polinizadores e dispersores de sementes; resíduos oriundos da produção do açaí (resíduos sólidos) descartados indevidamente e não reaproveitados;

falta de consciência do consumidor, especialmente no Brasil; condições precárias de trabalho; padrões sanitários inadequados; falta de sistemas de controle/rastreabilidade; acesso a créditos e subsídios para inovação e assistência técnica; criação de mecanismos de autonomia para as comunidades ribeirinhas em relação a agentes mercantis externos e ao uso do território; entre outros fatores (IPAM, 2018; AZEVEDO, 2019).

Algumas iniciativas, propostas e ações têm sido desenvolvidas com o propósito de avançar rumo aos desafios mencionados. Entre essas iniciativas encontram-se diferentes Padrões de Sustentabilidade e, especialmente, mecanismos de certificação, presentes na cadeia do açaí, que podem ser entendidos como “padrões, certificações ou boas práticas que resultem em produtos diferenciados em relação a salvaguardas socioambientais, rastreabilidade e garantia de origem” (IOZZI et al., 2019).

As certificações dos produtos da sociobiodiversidade, usualmente classificadas como Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS), garantem a diferenciação, identificação da origem e a garantia da qualidade dos produtos, com base em parâmetros definidos por cada órgão regulador em específico. No caso do açaí, apenas uma parcela do volume produzido no território amazônico brasileiro associa-se a esses processos de certificação de qualidade e de origem.

Foto: Amazonbai



AS CERTIFICAÇÕES E MECANISMOS ASSOCIADOS

Certificação FSC®

Iniciativa: Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Bailique – Amazonbai, Amapá.



A marca do manejo florestal responsável

FSC® C015899

Forest Stewardship Council – Brasil

Criado em 1993 diante dos problemas ambientais vinculados principalmente ao avanço do desmatamento global, é uma organização independente, não-governamental, sem fins lucrativos, concebida a fim de proporcionar o manejo florestal responsável por todo o planeta. Com sede em Bonn, na Alemanha, possui representação em mais de 70 países. Organiza-se a partir de um fórum que reúne atores de diversas partes do globo com o objetivo de definir o que é um “manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável”, além de identificar instrumentos e recursos que promovam transformações positivas para as florestas e seus habitantes. O selo FSC® é o modo pelo qual esse sistema de certificação é reconhecido, atestando que o produto é proveniente de um processo produtivo responsável, possibilitando ao consumidor a adoção de um consumo responsável, e agregando valor às empresas que adotam o sistema. No Brasil, um grupo se articula em torno das decisões do FSC®, o qual se formalizou em 2001 por meio do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC BRASIL, 2020a).

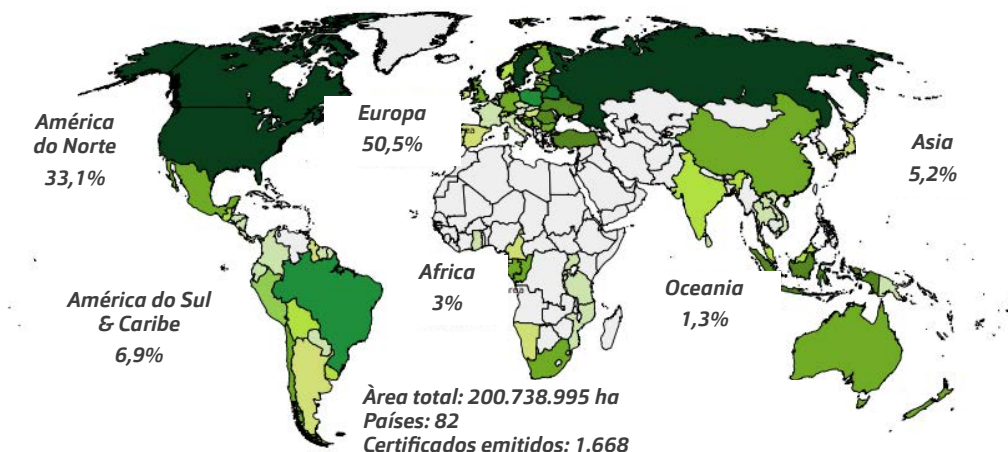
Princípios

O FSC® possui 10 princípios e critérios para o manejo florestal responsável, apresentados a seguir: (1) cumprimento das leis; (2) direitos dos trabalhadores e condições de emprego; (3) direitos dos povos indígenas; (4) relações com as comunidades; (5) benefícios da floresta; (6) valores e impactos ambientais; (7) planejamento de gerenciamento; (8) monitoramento e avaliação; (9) altos valores de conservação; e (10) execução de atividades de gerenciamento (FSC, 2015).

Regiões e áreas de abrangência

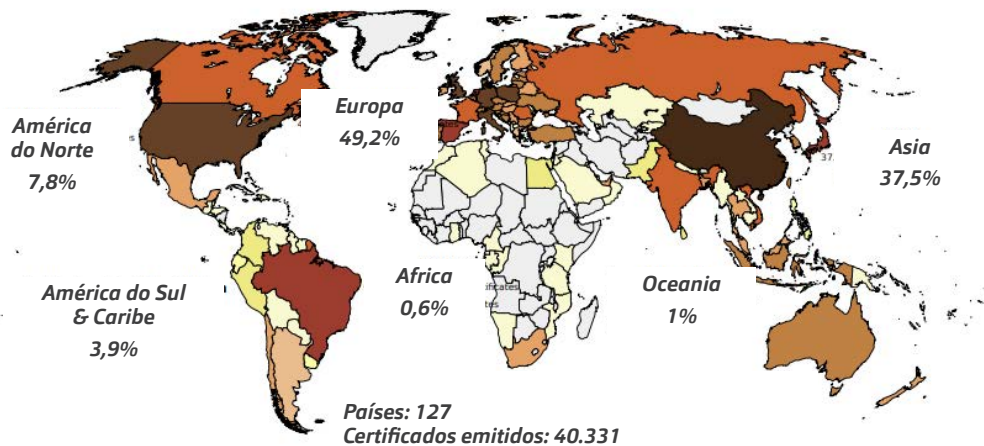
Atualmente, no Brasil, a área certificada total é de 7.134.658 hectares, sendo 136 certificados de manejo florestal (FM/CoC) e 1059 certificados de cadeia de custódia (CoC) (FSC, 2020b).

Figura 1 – Total de áreas certificadas como FSC® no mundo.



Fonte: FSC (2019a)

Figura 2 – Total de áreas certificadas como Cadeia de Custódia no mundo.



Fonte: FSC (2019b)

Custos

Os custos variam de acordo com a gestão realizada pela operação florestal em questão; quanto mais próxima estiver das normas de certificação exigidas pelo FSC®, menor serão os investimentos para receber o certificado de origem. Deste modo, existem dois tipos de custos envolvidos: os diretos – relacionados com o processo de avaliação, licenciamento e monitoramento do uso do selo; e os indiretos – vinculados às ações fundamentais para cumprir com as normas de certificação (FSC BRASIL, 2020c).

Os custos diretos envolvem o pagamento pelas auditorias de campo, o monitoramento anual e a taxa anual de certificação; os indiretos englobam mudanças no processo de manejo florestal, como treinamentos, inventários, mudança no método de cultivo etc.; adaptações na cadeia de custódia, como a separação de produtos certificados dos não-certificados e capacitação de pessoal para atender às normas da cadeia de custódia; o cumprimento da legislação nacional vigente, regularização da contratação dos empregados, entre outros aspectos (FSC BRASIL, 2020c).

Benefícios

A certificação FSC® promove benefícios para todos os participantes da cadeia produtiva – a saber (FSC BRASIL, 2020d):

- **Produtores florestais** – possibilita a comercialização dos produtos com preços melhores. A compra de madeira FSC® certificada, por exemplo, é um exemplo de produto preferencial pelo mercado europeu; favorece o aumento da produtividade, pois os trabalhadores são capacitados para o correto manejo florestal; melhora da imagem devido à adoção do selo, reconhecido, principalmente no setor madeireiro, por sua responsabilidade socioambiental no manejo florestal;
- **Beneficiadores e revendedores** – garantia de origem; reconhecimento do mercado; responsabilidade socioambiental;
- **Consumidores** – garantia de origem; contribuição para a causa (ao comprar um produto certificado FSC®, o consumidor fortalece empresas que são responsáveis e que seguem as legislações vigentes, valorizam os trabalhadores e as comunidades da floresta, obedecem a padrões que garantem o manejo florestal adequado).

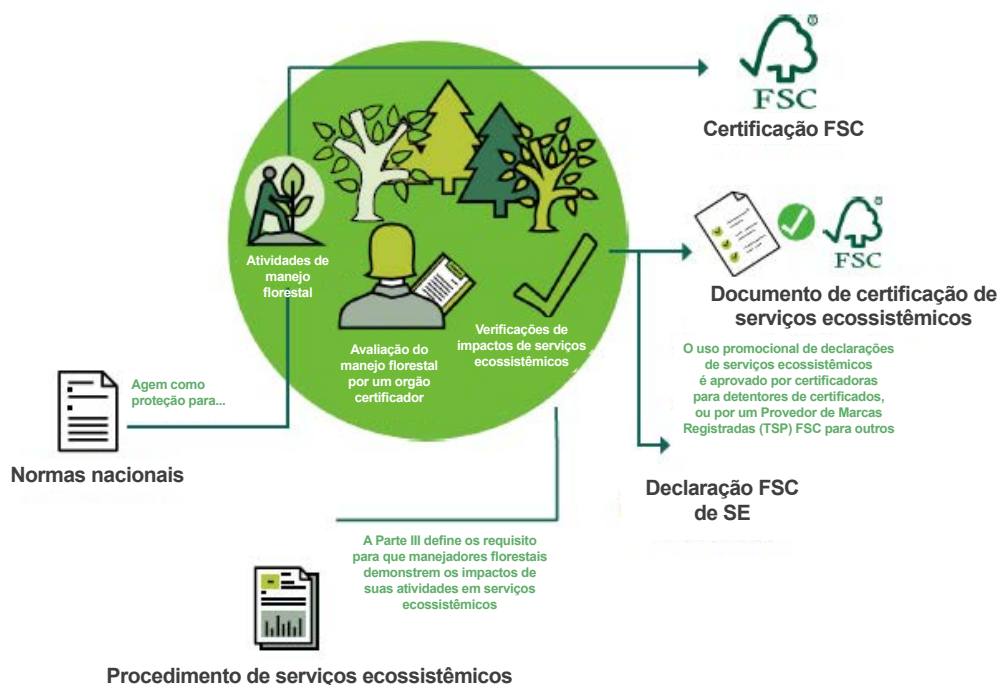
Impactos e suas formas de mensuração

A cada ano, a certificadora audita alguns dos princípios da norma, para avaliar se os indicadores das normas estão sendo atendidos nos empreendimentos florestais. Deste modo, pode-se avaliar os impactos que o mecanismo causa no território em questão e nas comunidades envolvidas. Uma das ferramentas utilizadas para mensurar impactos é a verificação dos Serviços Ecosistêmicos FSC®.

Os principais objetivos do procedimento de serviços ecossistêmicos são: definir os requisitos para que manejadores florestais certificados pelo FSC® demonstrem com credibilidade o impacto de suas atividades na manutenção, conservação, restauração ou melhoria

de serviços ecossistêmicos; oferecer aos manejadores um melhor acesso aos mercados emergentes de serviços ecossistêmicos por meio do uso das declarações FSC® do cumprimento destes serviços, com base em impactos verificados e melhoria ao acesso de financiamentos para impactos de restauração/melhoria dos serviços ecossistêmicos validados (FSC, 2018).

Figura 3 – Esquema do funcionamento dos serviços ecossistêmicos.



Fonte: FSC (2018)


Orgânicos

Iniciativas: Projeto RECA, Rondônia; Grupo Petruz – foco em exportação; a cooperativa Amazonbai está se organizando para receber a certificação orgânica e, assim, associar a certificação FSC® com a de orgânicos.



A certificação orgânica brasileira foi oficialmente reconhecida em 1999, a partir da publicação da Instrução Normativa no 007/99, via Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 1999); posteriormente, em 2003, foi publicada a lei 10.831/2003 (BRASIL, 2003) que definiu os preceitos da produção orgânica, os processos referentes à certificação e comercialização, entre outros aspectos. Contudo, sua regulamentação ocorreu somente em 27 de dezembro de 2007, a partir do decreto n. 6.323 (BRASIL, 2007). Além destes regulamentos principais, existem outros dispositivos legais, como decretos, portarias e instruções normativas que complementam este arcabouço jurídico (MAPA, 2017). Vale destacar a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com base no decreto presencial 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

Especificamente em relação ao extrativismo orgânico, que abrange o açaí e demais produtos florestais não-madeireiros de origem vegetal ou fúngica, existe uma normativa específica em vigor – a Instrução Normativa Conjunta nº 17/2009, publicada pelo MAPA e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Este documento apresenta, entre outras especificidades, a necessidade da elaboração de um Projeto Extrativista Sustentável Orgânico por parte das comunidades envolvidas no agroextrativismo para que possam obter a certificação orgânica, além de seguir princípios como a conservação de recursos naturais, o desenvolvimento socioeconômico e ambiental local e regional, o respeito à cultura local dos agroextrativistas e



de agricultores familiares, a destinação adequada dos resíduos provenientes da produção, entre outros aspectos (MAPA, 2017; YAMANAKA, 2012).

Os principais produtos orgânicos certificados hoje são provenientes em grande parte da agricultura familiar (90%); já as empresas vinculadas à iniciativa privada correspondem a 10% desta produção. A agricultura familiar relaciona-se à produção de hortaliças, frutas e alimentos processados, e as grandes empresas produzem frutas (citros e frutas tropicais), além de cana-de-açúcar, café, cereais orgânicos e pecuária orgânica em áreas extensivas (principalmente no Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul) (ORGANICSNET, 2020).

Este tipo de certificação ocorre de três modos:

- **Certificação por auditoria** – é realizada por uma certificadora pública ou privada, credenciada no MAPA e acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)⁴, responsável pela emissão do selo SisOrg. O processo de certificação segue procedimentos e critérios estabelecidos internacionalmente, e requisitos técnicos definidos na legislação nacional;
- **Sistema Participativo de Garantia (SPG)** – ocorre a partir da organização coletiva entre agricultores/produtores, técnicos e demais parceiros envolvidos. É necessário a constituição de um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), o qual será responsável pela emissão do selo SisOrg;
- **Controle Social na Venda Direta** – dirigido à agricultura familiar, possibilita a este público integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos por meio do credenciamento em uma organização de controle social (OCS) cadastrado em órgão fiscalizador oficial.

4. No Inmetro, a área responsável pela acreditação de organismos de avaliação da conformidade é a Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE.



Foto: N.Luís Fernando Iozzi / Instituto Terra

A produção de orgânicos no Brasil – escala e abrangência

O Brasil está se consolidando como um grande produtor de alimentos orgânicos. Atualmente, são cerca de 17 mil propriedades certificadas e 22 mil unidades de produção orgânica em todas as unidades da federação, sendo que a maior parte da produção é oriunda de pequenos produtores. A área agrícola ocupada com produção orgânica, de acordo com avaliação realizada em 2017 pela FiBL Statistic é de 1,13 milhão de hectares, o que corresponde a 0,4% da área agriculturável brasileira. A maior concentração de produtores orgânicos se encontra na região Nordeste (principalmente na divisa entre Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará), na região Sul e em algumas regiões do estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (LIMA et al. 2020; SEBRAE, 2020).

No que diz respeito ao comportamento dos produtores orgânicos brasileiros, 63% deles produzem exclusivamente orgânicos e 25% mesclam sua produção entre orgânica e convencional. Os principais produtos comercializados são: frutas, hortaliças, raízes, tubérculos, grãos e produtos agroindustrializados (SEBRAE, 2020). Além disso, o consumo de produtos orgânicos tem aumentado nos últimos anos no Brasil, principalmente devido à crescente demanda pela alimentação orgânica por parte da classe média. O mercado consumidor brasileiro é considerado o maior da América Latina. O principal canal de comercialização ainda é o varejo convencional (mercados), mas o movimento vinculado a redes de proximidade, de venda direta ao consumidor, o que pode ser realizado em feiras livres, via Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), clubes

de compra ou entrega de cestas diretamente aos consumidores, é uma alternativa que vem ganhando adeptos no território nacional. Um dos fatores que explica esse interesse é o fato que a venda direta apresenta melhores preços dos produtos ao consumidor, visto que elimina atravessadores dessa cadeia de valor (LIMA et al., 2020; SEBRAE, 2020).

Benefícios

A produção e consumo de alimentos orgânicos vinculam-se à manutenção e melhoria da saúde humana, à conservação dos recursos naturais, à fertilidade e conservação do solo, da água e do ar, à qualidade de vida e de trabalho das famílias e trabalhadores envolvidos. Desse modo, ao fazer a opção pelo consumo de alimentos orgânicos, o consumidor contribui para conservação da biodiversidade e para a valorização da de uma produção de alimentos com base nos princípios da sustentabilidade (ORGANICSNET, 2020).

As vantagens que a agricultura orgânica propicia ao agricultor familiar são: geração de emprego, pois requer uma quantidade maior de mão-de-obra; menor dependência de insumos externos; eliminação do uso de agrotóxicos, o que faz os custos de produção diminuírem; maior valor comercial em relação aos produtos convencionais e maior vida útil no período pós-colheita. Todos estes fatores se apresentam porque há uma diversificação produtiva na área cultivada (CAMPANHOLA; VALARINI; 2001). Já para o consumidor, um benefício evidente é a garantia de que o produto é resultante de um processo em que todas as obrigações impostas pela legislação nacional foram respeitadas e que houve todo o controle de qualidade na produção, proporcionando confiança e credibilidade (BARBOSA; SOUZA, 2012).

Diferenciais

Os produtos com certificação orgânica atestam que estes foram produzidos dentro dos padrões exigidos pela agricultura orgânica. Diferenciam-se a partir das qualidades físicas (ausência de agrotóxicos, transgênicos e adubos químicos), que se remetem ao modo como a produção é conduzida, além de serem mais saborosos. O selo, portanto, permite ao consumidor eliminar incertezas sobre a qualidade e origem dos produtos (ORGANICSNET, 2020).

FAIR FOR LIFE E FOR LIFE

Iniciativa: Grupo Petruz.



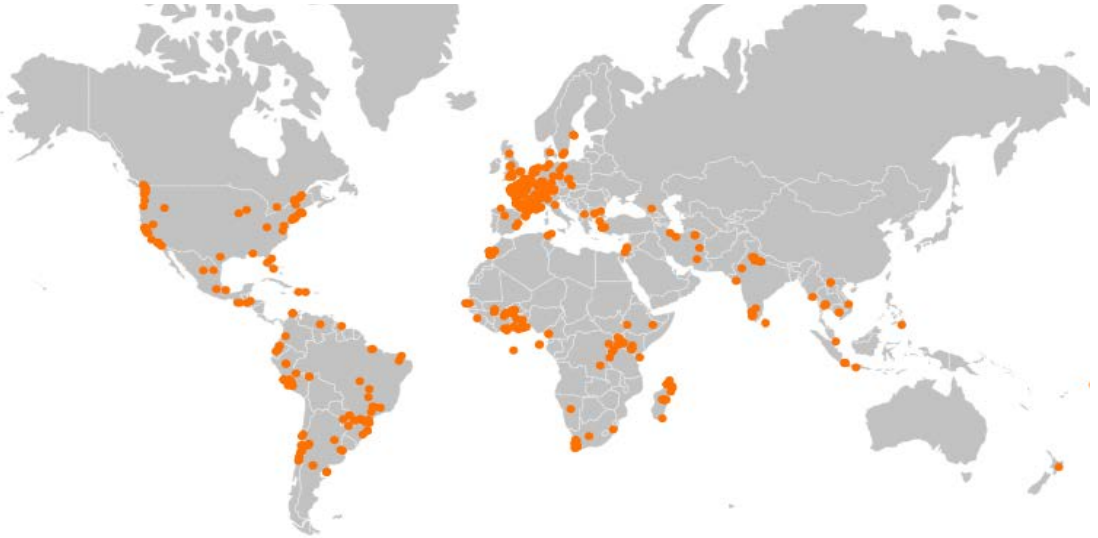
São dois padrões de certificação complementares – **Fair for Life** e **For Life**. Possuem os mesmos preceitos básicos, que são:

- Respeito aos direitos humanos e condições justas de trabalho;
- Respeito aos ecossistemas e à promoção da biodiversidade;
- Promoção de práticas agrícolas sustentáveis;
- Enfoque no desenvolvimento local.

Fair for Life – Programa de certificação para o Comércio Justo e redes de fornecimento responsáveis

Práticas e responsabilidades justas de fornecimento em relação aos seus principais produtores ao longo de toda a cadeia de commodities; atesta também a rastreabilidade de todos os produtos certificados (da produção até as vendas). Esta certificação permite ao consumidor fazer a opção por um produto que respeita os direitos humanos, a dignidade do trabalhador e remunera os pequenos agricultores e trabalhadores de forma justa. Possibilita, ainda, o desenvolvimento de projetos sociais comunitários e a capacitação de grupos (FAIRFORLIFE, 2020).

Figura 4 - Distribuição das empresas certificadas pela Fair For Life no mundo.



Fonte: FAIRFORLIFE (2020)

Entre os benefícios associados à sua adoção, destacam-se (FAIRFORLIFE, 2020):

- A possibilidade de associação desta certificação com outros esquemas de verificação que podem ser complementares;
- Uma certificação independente de terceiros;
- Um programa de reconhecimento internacional, pautado nos mais importantes padrões de referência (definições internacionais de comércio justo; ISO 26000, critérios sociais da Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM) e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Uma abordagem de melhoria contínua e a possibilidade de avaliar o desempenho geral em relação ao comércio justo;
- O acesso à produtos originados de diferentes regiões do globo, com base no comércio justo.

Diferenciais (FAIRFORLIFE, 2017)

- Parcerias de longo prazo;
- Preços justos;
- Valores compartilhados dentro da cadeia de suprimentos;
- Financiamento de projetos coletivos;
- Defesa e promoção do comércio justo.

For Life – Padrão de certificação para responsabilidade social corporativa

A obtenção desta certificação está atrelada a uma abordagem global para o desenvolvimento sustentável, o que possibilita à empresa certificada demonstrar seu compromisso com boas práticas no campo da responsabilidade social corporativa, favorecendo, deste modo, a visibilidade e a construção de parcerias de negócios com fornecedores que compartilhem dos mesmos valores (FAIRFORLIFE, 2020).

Figura 5 - Distribuição das empresas certificadas pela For Life no mundo.



Fonte: FAIRFORLIFE (2020)

Entre os **benefícios** associados à sua adoção, destacam-se (FAIRFORLIFE, 2020):

- Uma ferramenta para o gerenciamento de riscos ambientais e sociais para empresas e fornecedores;
- Um programa de reconhecimento internacional, pautado nos mais importantes padrões de referência da linha de base, como ISO 26000, critérios sociais da IFOAM e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Uma abordagem de melhoria contínua, e a possibilidade de avaliar o desempenho geral em relação à responsabilidade social corporativa;
- Uma certificação independente de terceiros.

Diferenciais (FAIRFORLIFE, 2020):

- Política de responsabilidade social corporativa;
- Mapeamento das partes interessadas;
- Práticas de fornecimento desenvolvidas de forma ética e responsável.

UNION FOR ETHICAL BIOTRADE (UEBT)

Iniciativa: Natura.



A União para o Biocomércio Ético (UEBT) é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2007. Tem como missão incentivar, validar e comunicar boas práticas empresariais oriundas de uma produção ética e inovadora, a fim de beneficiar as pessoas e a biodiversidade, e como missão apoiar e validar boas práticas de empresas comprometidas com o abastecimento e inovação éticos, beneficiando as pessoas e a biodiversidade. Os antecedentes históricos de sua emergência relacionam-se à ECO-92, a partir da adoção da Convenção sobre Diversidade Biológica por inúmeros países. Em 1996 foi lançada a Iniciativa Biotrade pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) com o intuito de apoiar os objetivos contemplados pela CDB. Possui, atualmente, mais de 70 empresas membro (comercial) ao redor do mundo (UEBT, 2019; UEBT, 2020).

A UEBT elaborou a norma UEBT, um documento imprescindível para orientar, de modo geral, ações relacionadas ao BioComércio Ético, assim como apresenta definições e processos relacionados às certificações vinculadas a ela. O documento é público e útil para orientar atividades e pesquisas relacionadas à biodiversidade e de abastecimento de ingredientes naturais de modo ético, assim como é uma ferramenta para verificar atividades de abastecimento que respeitam as pessoas e a biodiversidade⁵ (UEBT, 2019).

5. A norma UEBT pode ser acessada em: <https://static1.squarespace.com/static/58bfcdf22994ca36885f063e/t/5d3080bcfc077d00017ef280/1563459773412/Portuguese.pdf>

É responsável pela elaboração de um relatório anual denominado “Barômetro da Biodiversidade”, no qual são apresentados aspectos relacionados à conscientização do consumidor sobre a biodiversidade e como esse fator afeta as decisões de compra, e assim orientar empresas e governos para o desenvolvimento de ações mais positivas voltadas para as pessoas e a biodiversidade (UEBT, 2020; UEBT BIODIVERSITY BAROMETER, 2020).

A UEBT tem como princípios:

- Conservação da biodiversidade;
- Uso sustentável da biodiversidade;
- Repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso da biodiversidade;
- Sustentabilidade socioeconômica (gestão produtiva, financeira e de mercado);
- Cumprimento com a legislação nacional e internacional;
- Respeito pelo direito dos atores envolvidos nas atividades de Biocomércio;
- Clareza sobre a posse da terra, direitos de uso e acesso aos recursos naturais.

A organização opera a partir de três eixos estratégicos, a saber (UEBT, 2019):

- Fornece um sistema padrão para o BioComércio ético – uma norma confiável para este comércio, reconhecida internacionalmente e constantemente revisada; um programa de membresia, por meio do qual práticas e compromissos relacionadas ao BioComércio Ético são promovidos; dois programas de certificação – de ingredientes e de sistema de gestão da biodiversidade – pelos quais as práticas vinculadas a este comércio são verificadas e certificadas;

- É uma associação de empresas que oferece apoio aos seus membros por meio de treinamentos e suporte técnico relacionados ao BioComércio Ético; promoção de intercâmbios entre seus participantes ao longo das cadeias de abastecimento; desenvolvimento de ferramentas para oportunizar a implementação de práticas de BioComércio Ético;
- É um centro de expertise em BioComércio Ético – promove a conscientização sobre este tema por meio de divulgação e comunicação setoriais específicas; presta consultorias para empresas e *stakeholders*; cria oportunidades de *networking* para os parceiros envolvidos e membros.

Requisitos para se tornar uma empresa membro

Para que isso aconteça, as empresas interessadas precisam mudar ações e padrões relacionados ao desenvolvimento de seu negócio (assim como seus produtores e fornecedores) para atender os preceitos do BioComércio Ético. Essas atitudes e mudanças se relacionam a identificação de riscos nas cadeias de abastecimento (para as pessoas e para a biodiversidade); a seleção de cadeias de abastecimento e a definição de um plano para melhorias; estabelecimento de *due diligence* para cadeias de abastecimento, o que inclui Acesso e Repartição de Benefícios (ACS); instituição de um sistema de rastreabilidade, verificação e monitoramento; verificação e monitoramento das práticas de BioComércio Ético implementadas; implementação de estratégias de comunicação relativa ao mecanismo (UEBT, 2019).

Tipos de certificação

A UEBT oferece três tipos diferenciados de certificação (UEBT, 2019; UEBT, 2020):

- Certificação de sistemas de abastecimento ético – Atesta que as empresas adotaram os pressupostos da norma UEBT em seu sistema de funcionamento para atividades de inovação e abastecimento de ingredientes naturais. São realizadas auditorias por auditores independentes, de terceira parte, que realizam a verificação de políticas e procedimentos;
- Certificação de ingredientes naturais específicos – Confirma que o abastecimento do ingrediente natural é realizado com respeito às pessoas e à biodiversidade. É feita por auditoria independente, após comprovação de que o ingrediente seguiu as normas do mecanismo, nas áreas onde o ingrediente é extraído, garantindo, assim, o processo de rastreabilidade;
- Certificação de cadeia de custódia – é voltada para empresas que comprem, comercializam ou processam ingredientes certificados pela UEBT e querem fazer uso e propaganda da adoção deste mecanismo; para isso, são verificados os requisitos mínimos para provar que os ingredientes são certificados UEBT e que as empresas respeitam os indicadores de entrada da UEBT, assim como se adequam aos esquemas de certificação de acesso e repartição de benefícios (ABS).

Benefícios, resultados, impactos e indicadores

Entre os resultados prováveis a médio prazo para os membros UEBT estão: a manutenção ou restauração em área cultivadas e do extrativismo; o manejo sustentável de espécies da biodiversidade empregadas como ingredientes naturais; o diálogo e parcerias efetivas para os participantes das cadeias de abastecimento; repartição de benefícios; transparência e confiança do consumidor



Foto: Google Earth

por ser uma empresa de BioComércio Ético. Para o setor geral, os resultados incluem a promoção de uma maior conscientização em relação ao abastecimento com respeito à sociobiodiversidade e o favorecimento de contextos institucionais vinculados a este tipo de comércio (UEBT, 2019).

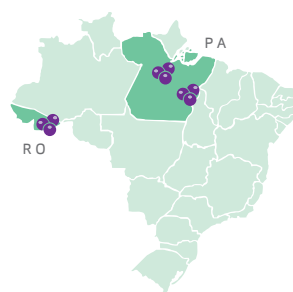
Os impactos vinculam-se a efeitos de longo prazo que as ações de BioComércio Ético promovem aos envolvidos, quais sejam: conservação e sustentabilidade dos recursos naturais; desenvolvimento local e melhoria de qualidade de vida e transformação setorial. No que tange os indicadores, a UEBT atua em três níveis – produto, resultados e impactos. O primeiro mede a abrangência e a escala das ações de promoção de práticas de BioComércio Ético no que diz respeito ao comportamento das empresas e cadeias de abastecimento; o segundo verifica o cumprimento das normas UEBT e avalia os efeitos de médio prazo das ações executadas pelos membros e nas cadeias de abastecimento; e o terceiro mede os efeitos de longo prazo resultantes da execução de práticas de BioComércio Ético (UEBT, 2019).

Seção II

ESTUDOS DE CASO

CASE: NATURA⁶

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	UEBT
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2018
QUANTIDADE DE AÇAÍ ADQUIRIDA POR ANO	20 a 200 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Perfumaria e cosméticos
SETOR	Industrial



A empresa

A Natura é a maior multinacional brasileira do setor de cosméticos e em 2019 completou 50 anos de existência. A empresa ampliou sua atuação a partir da aquisição das marcas Aesop, The Body Shop e Avon, em 2012, 2017 e 2020, respectivamente, formando, assim, a Natura & Co, e tem como finalidade “nutrir beleza e relações para uma melhor maneira de viver e fazer negócios”. A Natura, especificamente, enquanto componente da Natura & Co, envolve 6,6 mil colaboradores, com atuação no mercado nacional e em mais sete países (Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, México e Peru). No Brasil, possui uma clientela considerável, o que se apresenta a partir de sua plataforma online, com mais de 5 milhões de consumidores, sendo que essa estratégia de vendas foi adotada, de modo análogo, pela Argentina, Chile, Estados Unidos e França (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020; NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

6. Este estudo de caso foi elaborado a partir de levantamento de dados secundários e com base em entrevista realizada pelo Instituto Terroá com os funcionários da Natura José E. Oliveira Neto e Raoni N. da Silva (ambos Analistas de Suprimentos/Gerência de Relacionamento e Abastecimento da Sociobiodiversidade/GRAS).

Os produtos da sociobiodiversidade e a relação com as comunidades agroextrativistas

Os produtos da sociobiodiversidade utilizados na fabricação de cosméticos da Natura relacionam-se principalmente à linha Ekos (presente no mercado desde 2000) e, de forma menos expressiva, outras submarcas se utilizam dessas matérias-primas na composição de seus produtos, sendo os principais andiroba, murumuru, maracujá, ucuuba, castanha, breu branco, açaí, patauí, cupuaçu, copaíba, pataqueira, estoraque, priprioca, fevillea, cacau e jatobá. Em 2011, a empresa inaugurou o Programa Amazônia, a fim de subsidiar ações para a promoção da floresta em pé e para o combate às mudanças climáticas, o qual possui as seguintes linhas-de-ação: (1) ciência, tecnologia e inovação; (2) cadeias produtivas da sociobiodiversidade; e (3) fortalecimento institucional. Este programa tem o propósito de favorecer “a conservação e a regeneração ambiental; a inclusão social, a diversidade e a geração de trabalho e renda; a valorização da cultura amazônica, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas” (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

Não existe um produto da sociobiodiversidade de destaque em termos de volume adquirido anualmente, pois está condicionado a fatores como o comportamento da safra das espécies vegetais envolvidas ou à diminuição de demanda por conta do cliente final. A Natura, por meio de suas ações com foco na sustentabilidade, contribuiu, até o momento, para a conservação de **1,8 milhão de hectares** de floresta (OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

São **5,6 mil famílias** fornecedoras de produtos da sociobiodiversidade para a Natura – 81% delas habitam a região amazônica brasileira, a maioria originária dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia; 17,8% dos insumos consumidos pela Natura são provenientes da Pan-Amazônia (NATURA, 2019).

Em relação às organizações fornecedoras de açaí para a Natura, são duas, na atualidade: a Cooperativa dos fruticultores de Abaetetuba/COFRUTA (PA) e a cooperativa do projeto RECA (RO), sendo que a primeira entrega o produto *in natura*, congelado, a segunda, em polpa. A quantidade de açaí adquirido pela Natura, anualmente, gira em torno de **20 a 200 toneladas**. Tanto para o açaí, como para

a castanha, adota-se um preço fixo, independente se foi uma safra abundante ou não (OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

A relação entre as comunidades agroextrativistas e a Natura tem sido firmada por meio de **contratos**. A repartição de benefícios é um dos principais elementos verificado pelos pilares do comércio justo e conservação da biodiversidade. Algumas comunidades possuem mecanismos de fundos de repartição, e investem esse recurso em projetos de uso e conservação da biodiversidade nas comunidades do entorno (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

As comunidades têm sido remuneradas, portanto, não somente em relação ao fornecimento de produtos, mas também pelas colaborações realizadas durante a fase de pesquisa e desenvolvimento. De acordo com a política de sustentabilidade dos recursos da sociobiodiversidade da empresa, se investe, também, em infraestrutura, capacitações, compras de crédito de carbono, que somam ao volume total encaminhado anualmente. Em 2018, as comunidades fornecedoras receberam um montante de R\$ 36 milhões, o que tem permitido uma renda média familiar de R\$ 3 mil. Neste cenário, em 2018, foi estruturado o **Fundo de Desenvolvimento Sustentável da COMARU**, denominado Fundo Iratapuru – um mecanismo de repartição de benefícios, que tem como principal objetivo financiar projetos voltados à sustentabilidade e à conservação das florestas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDSI), no Amapá, e das comunidades do entorno. Para isso, foi criado um comitê gestor que abrange diversas entidades atuantes na região (FUNDO IRATAPURU, 2020; NATURA, 2019a).

A relação com Padrões de Sustentabilidade – o caso UEBT

A certificação UEBT é, atualmente, o principal mecanismo de diferenciação que orienta a relação entre a empresa e as comunidades fornecedoras de produtos da sociobiodiversidade. A Natura se tornou membro fundadora da UEBT em 2007, e atua nesta organização como conselheira na temática da sociobiodiversidade. Anteriormente, a empresa realizou estudos comparativos dos diferentes tipos de certificação aplicadas à produtos florestais não-madeiros para, então, decidir pela UEBT (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

A Natura possui um sistema de verificação próprio, responsável por tratar dos temas relativos à UEBT, que faz o acompanhamento e verificação UEBT nas comunidades, anualmente. Os pré-requisitos da UEBT se alinham a três eixos principais: (i) comércio justo; (ii) desenvolvimento comunitário; e (iii) respeito à sociobiodiversidade. Os procedimentos adotados nesses eixos englobam múltiplos níveis e subtemas, como aspectos organizacionais, jurídicos e gerenciais das organizações sociais, questões educacionais, boas práticas de manejo, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sendo que um plano de ação é elaborado pela auditoria (tanto para as comunidades quanto para a empresa), o qual, anualmente, é monitorado e reformulado, de acordo com a realidade local. A verificação nas comunidades, por sua vez, envolve o preenchimento de formulários, questionários e documentos dos fornecedores. Nessa avaliação, devem ser atendidos os requisitos mínimos da **norma de biocomércio ético da UEBT**⁷, que são: conservação da natureza, uso sustentável, repartição justa e equitativa dos benefícios, sustentabilidade socioeconômica, conformidade com as leis, respeito aos direitos dos atores, clareza em relação à posse da terra (NATURA, 2019a; NATURA, 2019b; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020, UEBT, 2014).

7. Informações adicionais sobre a norma de biocomércio ético da UEBT podem ser encontradas em: <https://static1.squarespace.com/static/58bfcdf2994ca36885f063e/t/5d3080bcfc077d00017ef280/1563459773412/Portuguese.pdf>

A adoção desta certificação foi eleita por alinhar-se à visão de negócios da empresa; relaciona-se, desse modo, ao desenvolvimento do comércio justo com as comunidades, à adoção de boas práticas de manejo florestal, à questão de acesso e repartição de benefícios do patrimônio genético, à organização social e às práticas de segurança no trabalho, à questão ambiental, à rastreabilidade das matérias-primas e ao desenvolvimento comunitário (NATURA 2019a; NATURA, 2019b; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

A certificação UEBT **tem possibilitado a utilização de um mecanismo uniforme e centralizado para o desenvolvimento da relação entre empresas e comunidades**; é um instrumento importante que permite a obtenção de uma análise clara e estruturada ao longo dos anos. Ademais, **tem auxiliado à empresa a tomar decisões de forma mais segura diante do estabelecimento de novas parcerias**. As verificações realizadas pela UEBT se relacionam com ações

complementares voltadas para a sustentabilidade das cadeias da sociobiodiversidade nas comunidades que a Natura atua (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

Neste contexto, em 2018, foram feitos treinamentos sobre segurança do trabalho, desenvolvimento organizacional e boas práticas de produção para cerca de 350 comunitários; junto ao Sebrae, foram realizados dois encontros envolvendo os fornecedores, cuja temática abordou a relação entre o mundo dos cosméticos, a sociobiodiversidade amazônica, tendências do mercado e a questão da conservação ambiental; em parceria com a empresa Symrise (instalada no Ecoparque, em Benevides, PA) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), cerca de 150 famílias foram capacitadas sobre regularização ambiental e acesso ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esta iniciativa tem seu foco de ação nas regiões da Transamazônica, nordeste do Pará e Ponta do Abunã (RO), com o objetivo de desenvolver novas cadeias produtivas e facilitar o desenvolvimento organizacional das comunidades, entre outros aspectos (NATURA, 2019a).

Vale mencionar que o selo UEBT é novo e tem sido vinculado nas embalagens dos produtos e na revista da Natura; porém, ainda é **pouco conhecido pelos consumidores**. Em virtude disso, a empresa vem desenvolvendo campanhas de comunicação voltadas ao público consumidor em diversos meios (redes sociais, informativos, revistas), além do trabalho de divulgação feito pelas consultoras da Natura. Esta divulgação tem destacado os benefícios da adoção de tal medida, principalmente no que diz respeito ao compromisso com o desenvolvimento de relações éticas, à conservação da biodiversidade e ao respeito à sociobiodiversidade (OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

Em 2014, foi obtida a certificação como B Corp – uma rede mundial de companhias comprometidas com a aliança entre crescimento econômico e bem-estar social e ambiental; em 2018, a Natura obteve duas certificações relacionadas à ausência da realização de testes em animais – o selo *Leaping Bunny*, da *Cruelty Free International*, e a certificação da *Peta – People for the Ethical Treatment of Animals* (NATURA 2019a; NATURA, 2019b OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

Parcerias e projetos

As parcerias com organizações de diversos setores têm sido realizadas com foco no conceito de desenvolvimento territorial. Entre elas estão a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), projeto Saúde e Alegria, EMATER, IMAFLORA, Secretarias do Meio Ambiente/SEMA do Amapá e do Pará, entre muitas outras. Na região do Médio Juruá (Amazonas), a empresa atua conjuntamente com ICMBio, USAID, Associação dos Produtores Rurais de Caruari/ASPROC, e outras entidades do setor privado, onde tem apoiado projetos educacionais com enfoque na redução de resíduos sólidos e coleta seletiva (PROJETO, 2019). No nordeste paraense, se relaciona com o Instituto Federal do Pará para formação em agroecologia. Com as universidades, o foco é no desenvolvimento de pesquisas no setor de inovação. (NATURA, 2019a).

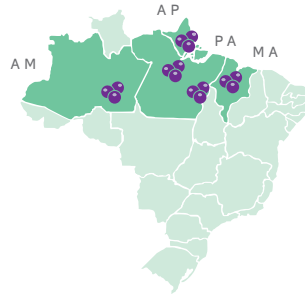
Entre as diversas iniciativas em curso fomentadas pela empresa, em 2018, em colaboração com organizações amazônicas, foram desenvolvidas as plataformas Parceiros pela Amazônia/PPA e AmazôniaUp, que objetivam impulsionar o empreendedorismo de negócios sustentáveis provenientes de sistemas agroflorestais. Além do mais, foi elaborada uma plataforma colaborativa para que outras empresas possam investir em compensação de gases de efeito estufa (GEE) de suas ações, com base na experiência adquirida pela empresa na implementação do Programa Carbono Neutro na última década.

Este programa se desdobrou em uma outra iniciativa denominada Carbono Circular – o primeiro projeto da própria empresa de pagamento pela compensação de carbono dentro da cadeia produtiva. Viabilizou-se, até o momento, por meio da remuneração das famílias de agricultores do projeto RECA pelo serviço de conservação ambiental, a partir da diminuição do desmatamento nas 126 propriedades inclusas. Entre 2013 e 2016, a taxa de desmatamento para este território foi de 0,93%; a meta é chegar ao desmatamento zero na RECA ao final dos 25 anos de projeto (NATURA, 2019a).



CASE: PETRUZ⁸

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	Orgânicos
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2009
QUANTIDADE DE AÇAÍ ADQUIRIDA POR ANO	31.000 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Açaí processado/ Alimentos
SETOR	Industrial de Alimentos



A empresa

O grupo Petruz Fruity é uma empresa multinacional, que atua com a comercialização de polpas de frutas, com destaque para o açaí. Os negócios da empresa tiveram início em 1982, quando a família Silva Santos saiu da Paraíba para comercializar açaí no Pará. Ao longo do tempo, o grupo adquiriu conhecimento e experiência, e implantou pequenas processadoras de polpa de açaí em Belém, para então, em 2005, instalar o primeiro polo industrial em Castanhal (PA). Desde 2009, a Petruz vem ampliando seus negócios, e hoje possui fábricas instaladas em Castanhal, Manaus, Macapá e um escritório comercial em Fortaleza; filiais distribuidoras em Nova York e Miami (EUA), Holanda e Itália (PETRUZ, 2020; CAVALCANTE; SILVA, 2020).

8. Este estudo de caso foi elaborado a partir de levantamento de dados e secundários e de entrevistas realizadas com Tiago André Silva – Diretor operacional/Petruz e Mariana da Silva Cavalcante – Gerente Técnica/Petruz.

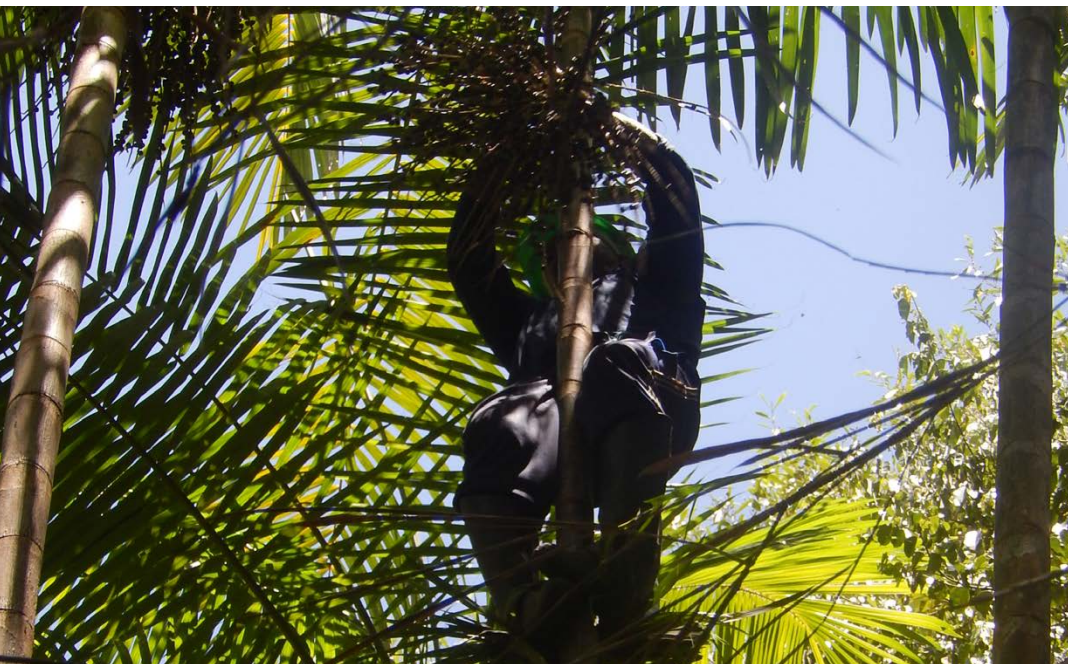


Foto: N. Luis Fernando Iozzi / Instituto Terra

O foco comercial da Petruz, atualmente, é na **exportação do açaí processado**, o que representa mais de 50% da produção. A exportação de polpa de açaí para os EUA e Canadá começou em 2006; em 2010, para a Europa e Oriente Médio; em 2011, para Austrália e Nova Zelândia; em 2013, para o Japão. Atende a clientes que possuem sua própria marca em **42 países**, com maior volume de vendas para os Estados Unidos, Austrália e União Europeia, o que soma, em média, **19 milhões de kg/ano; 12 milhões de kg/ano é vendido no mercado nacional** (PETRUZ, 2020; CAVALCANTE; SILVA, 2020).

Certificações obtidas pela Petruz

A empresa deu início às certificações de orgânicos em 2009⁹, com foco não somente no mercado nacional, mas principalmente em diferentes mercados internacionais, como Estados Unidos (USDA Organic) e União Europeia (CE). Recentemente, a empresa também adquiriu a certificação Fair for Life, com o propósito de atender a clientes do mercado europeu e, desde então, esta certificação voltada para o comércio justo também vem assumindo um papel significativo para que a empresa aprimore os mecanismos de sustentabilidade voltados para a cadeia de valor do açaí. No tocante à segurança de alimentos, foi implementada a ISO 22000 em 2010, e em 2020, foi adaptada às exigências da FSSC 22000¹⁰ (Food Safety System Certification) (IBD, 2019; PETRUZ, 2020; CAVALCANTE; SILVA, 2020).

Certificações de orgânicos

As certificações de orgânicos adquiridas voltadas para o mercado nacional e internacional têm promovido benefícios à empresa, tais como o aprimoramento da gestão interna e organizacional e o estabelecimento de novas parcerias comerciais; em relação aos impactos positivos percebidos nas comunidades ribeirinhas extrativistas, podem-se mencionar a melhoria da gestão organizacional das associações e cooperativas; o aumento da produtividade e a adoção de práticas sustentáveis no manejo dos açaizais; a conscientização sobre a importância da conservação das florestas; entre outros (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

9. As organizações de terceira parte que têm realizado este trabalho para a empresa são: IBD (para Europa, EUA e Brasil), Ecocert (Coreia do Sul) e Ceres/IBD (Japão/JAS).

10. A FSC 22000 – Certificação do Sistema de Segurança Alimentar da Fundação 22000 – disponibiliza um esquema completo de certificação para a auditoria e certificação dos Sistemas de Gerenciamento de Segurança Alimentar (FSMS) e Sistemas de Gerenciamento de Qualidade (FSSC 22000 – Qualidade). O esquema se utiliza de padrões internacionais e independentes, entre os quais estão ISO 22000, ISO 9001, ISO/TS 22003, além de especificações técnicas para Programas de Pré-Requisitos (PRPs) próprios do setor, como ISO/TS 22002-1. Para maiores detalhes, consultar: <https://www.fssc22000.com/scheme/>

De todo o açaí comprado pela Petruz, 30% é convencional, não certificado. Uma parcela dos fornecedores de açaí é resistente à certificação orgânica, devido às exigências inerentes a ela para sua obtenção; mas, uma parcela desses produtores vem aderindo a esse mecanismo pelo fato de terem perdido vendas por não serem certificados. Pretende-se, em médio prazo, que toda produção adquirida pela empresa seja certificada como orgânica. Contudo, a necessidade da distinção da produção orgânica da convencional não tem sido uma tarefa simples, o que tem sido feito pela empresa de forma cuidadosa, a partir de lotes diferenciados. Nas duas agroindústrias instaladas em Castanhal, por exemplo, uma somente beneficia açaí orgânico; a outra, possui mecanismos estabelecidos de separação entre um produto do outro (60% orgânico; 40% convencional) (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

Ainda, a Petruz possui **certificações e selos específicos atrelados a determinados países e culturas**, como a certificação de acordo com a regulamentação agrícola japonesa (JAS) para produtos e alimentos orgânicos processados; selo BDK, que garante que o alimento em questão segue padrão mundial das certificadoras kosher – o que atesta que o açaí, no caso, está em consonância com as normas da dieta alimentar da Torá, seguida pelos judeus. Possui, também, o rótulo Non-GMO Project Verified – o qual constata que o produto não se origina ou contenha traços de organismos geneticamente modificados (BDK, 2020; KIWA, 2020; NON GMO PROJECT, 2020; PETRUZ, 2020; CAVALCANTE; SILVA, 2020).

Certificação Fair for Life

Desde 2017, a Petruz vem se organizando para adquirir a certificação Fair for Life, via auditoria de terceira parte da Ecocert. A empresa obteve a certificação social e de comércio justo, em etapas distintas. A primeira ocorreu no final de 2018, e se remete a cadeia como um todo, o que envolve a coleta dos frutos do açaí, o beneficiamento do produto na fábrica e a venda para os clientes. No caso, vinculou-se, atualmente, exclusivamente a Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares da Comunidade Boa Esperança (Coopabe), sob a responsabilidade da Petruz, sediada no município de Acará (PA), composta de 50 membros (CAVALCANTE; SILVA, 2020). Os

membros da empresa consultados mencionaram as dificuldades para que a totalidade de seus fornecedores venha a ser certificada pela Fair for Life, principalmente no que se refere à exigência colocada pela organização de não haver atravessadores no processo de aquisição de açaí das comunidades. A Petruz possui centenas de fornecedores, e para que ocorram mudanças significativas no que diz respeito à realidade das comunidades em atendimento a todas às especificidades desta certificação, assim como a de orgânicos, é necessário que sejam desenvolvidos processos de desenvolvimento a médio e longo prazos visando questões organizacionais, educacionais, entre outros aspectos (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

Por sua vez, a **formação de preço justo do açaí** pela Petruz, em conjunto com a Coopabe, tem sido feita do seguinte modo – são realizados cálculos sobre o preço de custo, o que inclui todos os fatores envolvidos na coleta do açaí, o que garante, assim, um preço mínimo. Sobre este valor, é acrescido 10%, o que equivale ao lucro. Um diferencial vinculado a esta certificação é a exigência da criação de um fundo de desenvolvimento, que objetiva oferecer subsídios para que a comunidade invista em projetos de cunho econômico, social e ambiental, visando a melhoria da qualidade de vida local. Este mecanismo irá vigorar a partir da primeira venda do grupo com o selo via Petruz, que está prevista para ser efetuada ainda em 2020. A partir das receitas oriundas das vendas de açaí provenientes da Coopabe, em acordo com a certificação Fair for Life, a Petruz será responsável por destinar 10% sobre o total deste valor para o **fundo de desenvolvimento**, anualmente (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

A segunda etapa desta certificação ocorreu em setembro de 2019, vinculado à Bela Iaçá Polpa de Frutas e Comércio Ltda (empresa pertencente ao grupo Petruz). Para isto, a empresa foi avaliada a partir de 9 requisitos, a saber: (i) princípios e valores essenciais, (ii) compromisso e gestão da política de comércio justo, (iii) respeito pelos direitos humanos e condições dignas de trabalho, (iv) respeito ao meio ambiente, (v) desenvolvimento local e relações com a comunidade, (vi) relações comerciais e da cadeia de suprimentos, (vii) fortalecimento, (viii) rastreabilidade, transparência e respeito do consumidor, e (ix) gerenciamento da certificação e desempenho. A empresa atingiu 68% do percentual dos pontos totais de normas aplicáveis para o desempenho geral (CAVALCANTE; SILVA, 2020; FAIRFORLIFE, 2019).



Foto: Amazonbai

Produção de açaí e acesso ao mercado

A maior parte do açaí comprado pela Petruz é proveniente de comunidades extrativistas; a compra originada de fazendas é muito pequena. As fazendas, são, de certa forma, mais organizadas no quesito administrativo; no entanto, o rendimento do açaí nativo, oriundo das comunidades extrativistas, é maior. A compra do açaí é feita também diretamente a produtores individuais, não somente das organizações sociais (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

A Petruz possui uma equipe técnica, em atividade desde 2008, voltada exclusivamente para a assessoria nas comunidades fornecedoras de açaí, relacionada ao cumprimento dos preceitos das certificações de orgânicos e demais esquemas de certificação, composta, atualmente, por nove técnicos agrícolas, uma engenheira agrônoma (coordenadora da equipe técnica), uma engenheira de alimentos (coordenadora de certificação e de compras) uma profissional da área administrativa, que trata das questões burocráticas. Esta equipe atende aos 800 fornecedores de açaí da Petruz, localizados nos estados do Amazonas, Amapá, Maranhão e Pará. Esse trabalho de acompanhamento nas comunidades vem sendo feito desde 2015 (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

No entanto, muitos extrativistas ainda preferem vender seu produto para o mercado convencional. Há necessidade de investimento em projetos educacionais voltados para as comunidades extrativistas, de modo geral, que favoreça uma maior adesão às condicionantes

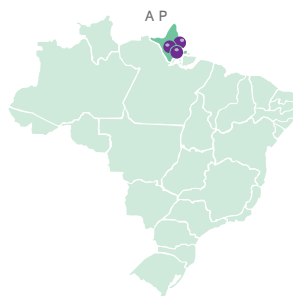
da certificação de orgânicos. Ademais, há demanda, por parte da empresa, pela entrada de novos fornecedores, para que não falte açaí ao longo do ano para atender ao mercado (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

Existem, ainda, muitos **desafios que se remetem à garantia de rastreabilidade da cadeia do açaí**, pois pode haver mistura do açaí orgânico com o convencional, o que pode gerar uma falsificação do processo como um todo; por isso, a empresa tem investido no acompanhamento da produção de açaí e em capacitações diversas nas comunidades. Além disso, é evidente a insuficiência do desenvolvimento de projetos educacionais de cunho social e ambiental nas comunidades, que colaborem na resolução de problemas e conflitos, como o tráfico de drogas, que se mostra presente em algumas comunidades (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

A empresa tem buscado efetivar parcerias com Embrapa e universidades federais; tem participado dos “Diálogos Pró-açaí”, com o objetivo de avançar em alianças entre os diversos setores para o aprimorar os mecanismos de sustentabilidade no setor. Destaca-se, ainda, a necessidade do desenvolvimento de pesquisas referentes à percepção dos consumidores de açaí relacionada aos benefícios das certificações (CAVALCANTE; SILVA, 2020).

CASE: AMAZONBAI¹¹

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	FSC®
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2016
QUANTIDADE DE AÇAÍ ADQUIRIDA POR ANO	31.000 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Açaí <i>in natura</i> / açaí processado
SETOR	Alimentício



Dedicamos esta seção ao amigo e parceiro Rubens Gomes, Presidente da Amazonbai, que faleceu pouco antes da publicação deste estudo. Que todo o seu legado permaneça vivo e possa trazer ainda mais frutos à Cooperativa, ao Arquipélago do Bailique, ao Amapá e à Amazônia como um todo. Nossa eterna gratidão.

Os membros da “Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique” (Amazonbai) habitam o arquipélago de mesmo nome, na foz do rio Amazonas, no estado do Amapá, a 160 km de Macapá. Este território é composto por oito ilhas, sendo que sete delas são habitadas por 51 comunidades ribeirinhas, as quais praticam a pesca e a extração de produtos florestais para sua subsistência, sendo que o açaí tem se apresentado como a principal cadeia de valor e fonte de renda para essa população (ALVES e RAMOS, 2019).

A Amazonbai e a “Associação das Comunidades Tradicionais do Bailique” (ACTB) surgiram em decorrência das decisões tomadas coletivamente pelas comunidades, durante a construção do denominado “**Protocolo Comunitário**”, detalhado a seguir.

O processo de construção do “Protocolo Comunitário do Bailique”

A construção de protocolos comunitários possui o propósito maior de promover processos que possibilitem o empoderamento das comunidades tradicionais. São regras internas construídas pela própria comunidade, pautadas nos modos de vida e na cultura local; consideram as formas pelas quais são tecidas as relações dentro da própria comunidade e frente aos agentes externos. O protocolo promove o desenvolvimento e a definição de instrumentos e critérios de gestão ambiental e territorial (REDE GTA, 2015; ALVES e RAMOS, 2019).

Os protocolos comunitários estão vinculados ao Protocolo de Nagoya – elaborado pelos membros da 10ª Conferência das Partes

¹¹ Este estudo de caso foi elaborado a partir de dados secundários, do acúmulo de experiências e reflexões por parte da equipe do Instituto Terra, em decorrência de seu apoio no projeto de desenvolvimento territorial do Bailique desde 2018, e com base na entrevista realizada com Geová Alves (presidente da ACTB).

das Nações Unidas (COP 10), em Nagoia, no Japão, em 2010. Os países que ratificaram este documento, entre eles o Brasil, tem o compromisso de implementar os objetivos da Convenção da Diversidade Biológica (CDB) – com base no terceiro pilar, que é garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios, sem deixar de lado a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável dos seus componentes. O setor industrial vem se mobilizando para a construção de suas próprias organizações e para o desenvolvimento de modelos de protocolos voltados para a regulação do biocomércio; contudo, essas iniciativas não correspondem à realidade das comunidades tradicionais, e foi a partir desta necessidade que surgiram as primeiras iniciativas para a construção de protocolos comunitários no Brasil, sendo o do Bailique um modelo precursor (REDE GTA, 2015).

Com o intuito de melhorar a qualidade de vida e bem estar dos comunitários da região do Bailique, o grupo elaborou o seu próprio documento a partir de um intenso processo formativo que envolveu mobilização comunitária, workshops e reuniões entre 2013 e 2015, com apoio da Oficina Escola de Lutheria da Amazônia (OELA) e do Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA). Os seguintes **eixos temáticos** foram trabalhados na comunidade durante os três anos de estruturação do protocolo, a saber: (1) organização comunitária; (2) estratégias de ação diante de atores externos/políticas públicas; e (3) **desenvolvimento de cadeias produtivas/certificação**. Deste modo, foi a partir deste último eixo que se efetivou certificação FSC®, em 2016. Desde então, o foco de atuação para o desenvolvimento comunitário tem sido o da estruturação da cadeia de valor do açaí (ALVES e RAMOS, 2019; ALVES, 2020; REDE GTA, 2016).

Certificações FSC® obtidas pela Amazonbai

A Amazonbai conquistou **três modalidades da certificação FSC®** – a de manejo florestal (em 2016), a de cadeia de custódia (em 2018), e a de serviços ecossistêmicos (em 2019). A certificação de manejo florestal garante que a floresta é manejada de forma responsável, com base nos princípios e critérios da

certificação FSC®; a de cadeia de custódia assegura a rastreabilidade a partir da produção da matéria-prima na floresta até alcançar o consumidor final; a de serviços ecossistêmicos possibilita medir, verificar e dar publicidade para os impactos positivos referentes à adoção de práticas sustentáveis no manejo florestal – como a conservação da água, da fauna, da flora, sequestro de carbono e conservação do solo (ALVES, 2020; FSC-BRASIL, 2020; IMAFLORA, 2019; INSTITUTO TERROÁ, 2019a).

Para conquistar a certificação FSC® de serviços ecossistêmicos, a Amazonbai teve apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), e a implementação ocorreu por meio do Projeto Ação do Setor Privado para a Biodiversidade (PBAB), integrante da Iniciativa Internacional para o Clima (IMAFLORA, 2019).

A escolha pela **certificação FSC® se deu pela adequação dos pressupostos desta organização aos princípios firmados no Protocolo Comunitário**, além de ser uma certificação de reconhecimento internacional, que contempla os aspectos sociais, ambientais e econômicos da cadeia produtiva do açaí, o que permitiu dar a visibilidade necessária ao açaí do Bailique. Ainda, a última certificação FSC® obtida – a de serviços ecossistêmicos – reforçou o compromisso da Amazonbai com a conservação da biodiversidade.

Para o monitoramento dos requisitos necessários a certificação, que realiza auditorias anuais, o território do Bailique é dividido em polos, sendo que cada um deles tem um coordenador. Na atualidade, a comunidade do Bailique conta com quatro coordenadores de polo; a do Beira Amazonas conta com seis. Importante também frisar que a Amazonbai está em processo para adquirir a certificação orgânica brasileira. Neste sentido, existe um desafio colocado para a cooperativa, que é o de integrar esses dois processos de maneira harmônica (ALVES, 2020; INSTITUTO TERROÁ, 2020). Contando com a ajuda de organizações parceiras, a Amazonbai desenvolveu um **Sistema Integrado de Certificações (SIC)**, que permite unificar processos e procedimentos relacionados às certificações FSC® (manejo, cadeia de custódia e serviços ecossistêmicos) e Certificação Orgânica. Nesse sentido, a Amazonbai segue uma espécie de “padrão único”, que considera todas as normas que necessitam cumprir. Para tanto, os coordenadores de polos, a equipe Amazonbai e parceiros possibilitam



um conjunto de formações específicas para seus produtores. O SIC também contribui para a gestão da informação em todas as etapas da cadeia, compilando informações e traçando séries históricas relacionadas à produção (safra), industrialização e mercado.

A certificação FSC® teve um custo estimado de 150 mil reais (incluindo os três tipos – manejo florestal, cadeia de custódia e serviços ecossistêmicos), que foi subsidiado pelo fundo social do Imaflora e por uma organização internacional filantrópica. Já a previsão de custo para a primeira etapa da certificação orgânica é de R\$ 12 mil (ALVES, 2020).

Vale destacar que o processo de certificação está atrelado a estratégia comunitária de implementar um sistema educacional que garanta o acesso para a população mais jovem a uma educação de qualidade, que leva em conta a realidade local. Ainda hoje, os alunos precisavam se deslocar até Macapá, o que leva cerca de 12 horas de barco, mais algumas horas de ônibus, o que tem um custo alto e promove um distanciamento de suas famílias e do modo de vida local. A “Escola da Família Agroextrativista do Bailique” (EFAB) que está sendo construída, por outro lado, se adequa ao contexto de vida dos ribeirinhos e se pauta na pedagogia da alternância, o que possibilita a esses jovens o acesso a uma educação diferenciada, que respeita as singularidades presentes na vida dos agroextrativistas, cuja subsistência depende das florestas e dos rios. Para que a escola seja construída e entre em funcionamento, foi criado um fundo que

está sendo subsidiado a partir de 5% dos recursos provenientes da venda do cesto de açaí certificado pela cooperativa. A expectativa é de que a escola entre em funcionamento no ano de 2022 (ALVES e RAMOS, 2019; ALVES, 2020).

Ainda, a Amazonbai, ao longo desses últimos anos, adquiriu dois outros selos – o Vegano, o qual atesta que não houve a adição de nenhum produto de origem animal, desde a colheita do fruto até despolpamento; e o selo Amapá – que permite a identificação e a promoção de produtos originários desse estado, fortalecendo a identidade cultural dos habitantes dessa região, produzido com incentivos da Zona Franca Verde (ALVES, 2020; AMAZONBAI, 2020).

Certificação, produção de açaí e acesso ao mercado

Atualmente, a Amazonbai possui **120 membros** (76 do Bailique e 44 da região do Beira Amazonas¹²) pertencentes a **30 comunidades**, sendo que os primeiros acordos comerciais foram ajustados em 2017. **A produção correspondente à safra de 2019 foi de 150 toneladas (fruto *in natura*)**. Até 2018, a cooperativa vendia o produto *in natura* (caroço) para agroindústrias, com destaque para a Sambazon, que também compra de vários outros territórios exporta a polpa. No entanto, a partir de 2018, foi inaugurada a “Casa do Açaí” da Amazonbai em Macapá, que passou a vender a polpa beneficiada do açaí puro no mercado local e em locais de nicho, em São Paulo – SP. (ALVES e RAMOS, 2019; ALVES, 2020).


Anteriormente ao desenvolvimento do Protocolo Comunitário e à criação da associação e da cooperativa do Bailique, o açaí era comercializado por meio de atravessadores e, deste modo, era vendido por um preço muito baixo e trazia poucos benefícios aos produtores. A partir do desenvolvimento do plano organizacional promovido pelo Protocolo, o açaí foi eleito o principal produto da floresta da região do Bailique; os produtores passaram a ter controle sobre todo processo produtivo do açaí, assim como exercem influência sobre os preços e sobre o mercado (ALVES e RAMOS, 2019; ALVES, 2020; INSTITUTO TERROÁ, 2020).

Antes da certificação, um cesto de açaí, contendo em média 14 kg do fruto, era vendido por aproximadamente vinte e cinco reais; após a obtenção da certificação FSC[®], este valou chegou a dobrar.

12. Os produtores da região do Beira Amazonas, inspirados no protocolo comunitário desenvolvido no Bailique, finalizaram a construção de seu próprio documento em dezembro de 2019, com apoio da OELA, Instituto Terroá, Imafloa, Interelos, ACTB, Amazonbai, Universidade Estadual do Amapá (UEAP) e Instituto Internacional de Educação no Brasil (IIEB). A sua criação possibilitou, entre outros elementos, a adesão de sócios dessa região à Amazonbai, firmando assim uma parceria entre os dois grupos. Vale destacar que o Beira Amazonas já possui uma Escola Família implementada há alguns anos, e que está se articulando para promover um fundo monetário a partir da renda obtida com a venda do açaí, do mesmo modo que vem ocorrendo no Bailique – ainda que sua escola ainda esteja em construção (INSTITUTO TERROÁ, 2019b; INSTITUTO TERROÁ, 2020; ALVES, 2020)

Não necessariamente por acessar novos mercados, mas pelo fato da certificação ter contribuído com importantes aspectos de gestão administrativa, financeira e de organização comunitária. Além do mais, esse valor pode aumentar a partir do momento que novos contratos sejam firmados com outros compradores que deem o devido valor ao fruto (ALVES e RAMOS, 2019). No entanto, não são somente os benefícios econômicos percebidos pelos cooperados; houve um aumento da produtividade dos açazais (com a implantação das boas práticas de manejo), eliminação de riscos associados à cadeia do açaí, melhora nas relações trabalhistas, organizacionais, fitossanitárias, adequações para segurança no trabalho, impacto positivo sobre a conservação da biodiversidade e adequação de práticas de manejo florestal (ALVES, 2020; INSTITUTO TERROÁ, 2020).

A **construção de uma agroindústria** tem sido, desde então, um dos principais objetivos da Amazonbai, a qual possibilitará agregar valor ao açaí beneficiado pela própria cooperativa, por meio da transformação da matéria-prima em produtos específicos, como polpas, sorbets e açaí em pó (liofilizado), favorecendo, assim, o acesso a mercados diferenciados. Em 2018, A Amazonbai instalou uma fábrica artesanal em Macapá, conhecida popularmente como “Casa do Açaí”, com duas máquinas, com todo processamento que se adota nas boas práticas para que se obtenha um açaí de qualidade. Neste entreposto o açaí era batido e vendido como polpa (ALVES, 2020; INSTITUTO TERROÁ, 2020).



À época, foram produzidos 4 mil kg de polpa, enviados para o estado de SP para teste de mercado. Com o apoio de parceiros, foi feita a divulgação da marca Amazonbai; e houve uma boa aceitação por parte dos consumidores. Foi uma experiência pequena que perdurou durante um ano, mas que trouxe aprendizados expressivos para os cooperados. Todavia, a “Casa do Açaí” foi fechada no final de 2018, pois o ponto precisou ser entregue, em virtude da expedição de uma notificação extrajudicial do proprietário, que colocou à venda o terreno em uso pela agroindústria por um valor que a cooperativa, à época, não teve condições de pagar. Deste modo, no final da safra

de 2018, foi feito um acordo de cancelamento de um contrato de 5 anos, sem pagamento de multa para ambos (ALVES, 2020; INSTITUTO TERROÁ, 2020).

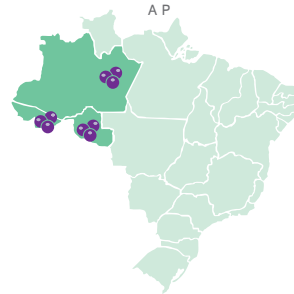
Atualmente, a nova unidade da agroindústria está sendo implantada em parceria com outra empresa e localiza-se entre Macapá e Santana (AP), com a capacidade de beneficiar 2 mil kg do fruto por dia. O plano para os próximos anos é focar esforços na produção da polpa e demais produtos (sorbet, açaí liofilizado e outros), visando maior agregação de valor e, assim, viabilizar o anseio das comunidades em obter uma agroindústria própria, ainda maior, já orçada em R\$ 4 milhões (ALVES, 2020).

De modo complementar, importante citar que, em 2017, foi instalado um Centro de Vocação Tecnológica no Bailique, onde jovens têm se formando no ensino técnico em tecnologia de alimentos, com apoio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e Comunicação. O curso visa tem, entre outros objetivos, capacitá-los na técnica de congelamento seco do açaí (ALVES e RAMOS, 2019).

A Amazonbai conta hoje com mais de 20 parcerias governamentais e não-governamentais, universidades e institutos de pesquisa. Entre essas organizações estão o Instituto Terroá, GIZ, OELA, GTA, Im-flora, Interelos, Universidade Estadual do Amapá (UEAP), Instituto Internacional de Educação no Brasil (IIEB), Greenpeace etc. Em relação à atuação em redes e fóruns de discussão relacionados às cadeias da sociobiodiversidade, participa da rede “Diálogos Pró-Açaí”.

CASE: RECA¹³

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	Orgânicos
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2006
QUANTIDADE DE AÇAÍ ADQUIRIDA POR ANO	100 a 200 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Açaí processado
SETOR	Alimentício



13. Elaborado a partir de pesquisa em dados secundários e de entrevistas realizadas com Taysa Faltz Macedo (técnica agropecuária da Cooper - RECA) e Fábio Vailatti (vice-presidente e coordenador técnico da equipe técnica da Cooper - RECA).

O projeto RECA

O Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (Projeto RECA) situa-se no distrito de Nova Califórnia, Porto Velho, a 150 km de Rio Branco (AC) e a 350 km de Porto Velho (RO). Teve início na década de 1980, formalizando-se em 1989 por meio de uma associação, “com a missão de ser uma organização social, produtiva e de base familiar comunitária, referenciada pelo seu caminhar solidário que promove a sustentabilidade e o bem viver, respeitando a sociobiodiversidade da Amazônia e contribuindo para uma sociedade mais humana e justa” (PINTO et al., 2013). Além da associação, foi criada a Cooperativa Agropecuária e Florestal (Cooper-RECA) em 2006 para viabilizar a comercialização dos produtos do projeto (VAILATTI, 2020; SANTOS et al., 2018).

Os membros do RECA são agricultores imigrantes, provenientes da região sul, sudeste e nordeste do país, os quais foram assentados em uma demarcação do INCRA no final da década de 1970 e início dos anos 1980, no antigo seringal Santa Clara, que posteriormente se organizaram para captar recursos de instituições nacionais e internacionais para dar início ao empreendimento. Inicialmente, se reuniam no próprio quintal de suas casas; posteriormente foi construído um escritório e, em 1992, a organização obteve um terreno com barracão grande, onde teve início o beneficiamento de frutas de modo artesanal. Atualmente, as famílias estão assentadas em lotes que possuem de um a cem hectares (ANDRÉ, 2017; VAILATTI, 2020).

Nos dias de hoje, o RECA tem como foco principal o **desenvolvimento de sistemas agroflorestais (SAFs)** aliado à conservação

ambiental – **o que o levou à adesão à certificação de orgânicos** – a partir de uma gestão comunitária participativa, com o propósito de gerar renda e promover condições dignas de trabalho para seus membros e parceiros. Para isso, conta com uma infraestrutura adequada para o bom funcionamento da organização e com uma equipe composta por 31 colaboradores fixos, sendo que no período da safra este número sobe para 60 (TEIXEIRA et al., 2015).

Certificação de orgânicos obtida pelo RECA

O RECA adquiriu a certificação orgânica brasileira em 2006, através do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), a fim de atender o mercado nacional com o selo orgânicos do Brasil; posteriormente, o RECA obteve o registro para o mercado europeu e norte-americano. Com a obtenção desta certificação, de modo geral, houve melhoria das vendas e do marketing dos produtos, agregação de valor aos produtos comercializados, promoção da rastreabilidade das cadeias de valor envolvidas e possibilitou ao projeto a participação em feiras nacionais e internacionais, entre outros benefícios (MACEDO, 2020; PROJETO RECA, 2018a).

Quanto ao pagamento da certificação, primeiramente foi realizada via parceria com clientes; atualmente, tem sido custeada pela própria cooperativa, com custo anual de R\$11 mil. Vale lembrar que, anteriormente, o RECA chegou a ter certificação orgânica por sistema socioparticipativo, pela Associação de Certificação Socioparticipativa (ACS) e pelo sistema da Rede de Agricultura Sustentável (RAS)/Rainforest Alliance Certified, auditado pelo Imaflores (PINTO et al., 2013). Esta certificação socioparticipativa não vigorou, pois ao longo do tempo não se tornou adequada devido à demanda de comercialização do RECA com grandes empresas (MACEDO; 2020; VAILATTI, 2020).

Por sua vez, a organização desenvolveu um **Sistema de Controle Interno (SCI)** voltado aos orgânicos. Este grupo se encontra com certa periodicidade com representantes de outras iniciativas de produção orgânica da região para tratar de questões organizacionais e





Foto: Istocphoto.

de produção relacionadas ao setor. Todavia, atualmente, **apenas cerca de 27% dos associados produzem de modo orgânico**, de um total de 180 produtores associados. Existe a expectativa de adesão de novos membros ao longo dos próximos anos, sendo que a meta do RECA é de que 100% dos produtores sejam certificados (SANTOS et al., 2017; VAILATTI, 2020).

Para aumentar a adesão dos produtores convencionais ao modelo de produção orgânica, o RECA tem se esforçado para mostrar os benefícios da adoção de SAFs para esse grupo. Alguns dos fatores relacionados à resistência à adesão ao sistema orgânico por parte dos produtores convencionais são: falta de conhecimento sobre o modo de funcionamento da certificação orgânica e de seus aspectos positivos; dificuldade para fazer a conversão do sistema convencional para o orgânico (o que inclui a adequação de técnicas agrícolas adotadas neste tipo de produção); receio de não ter o devido retorno econômico etc. (VAILATTI, 2020).

Ademais, **devido à parceria firmada com a Natura desde 2001, o RECA tem se adequadado às normas UEBT** – uma exigência da empresa, o que faz com que o RECA atenda aos 7 princípios da norma, que são: (1) conservação da biodiversidade; (2) uso sustentável da biodiversidade; (3) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso da biodiversidade; (4) sustentabilidade socioeconômica; (5) cumprimento com a legislação nacional e internacional; (6) respeito pelo direito dos atores envolvidos nas atividades de

BioComércio; e (7) clareza sobre a posse da terra, direitos de uso e acesso aos recursos naturais (UEBT, 2019).

Produção agroflorestal e acesso ao mercado

O RECA possui mais de 2.500 hectares de SAFs implementados, com uma diversidade considerável de espécies nativas, como o açaí, castanha-do-brasil, cupuaçu, andiroba, copaíba, cumaru etc. São mais de 40 espécies florestais cultivadas e industrializadas, destinadas à alimentação, utilizadas para a confecção de cosméticos e de remédios naturais. Conta com 4 agroindústrias – uma de palmito de pupunha em conserva, uma de polpa de frutas, uma de óleos vegetais e uma de beneficiamento de sementes de pupunha, além de uma unidade administrativa e um centro de treinamento para os agricultores e demais parceiros. Para efetuar a comercialização de seus produtos, a organização tem apoio de um escritório de uma ONG no Rio de Janeiro, com outras duas representações em São Paulo e Porto Velho, e uma distribuidora em Rio Branco (ANDRÉ, 2017; FRANKE et al., 2008; MACEDO, 2020; PINTO et al., 2013; PROJETO RECA, 2018a; SANTOS et al., 2017).

A cooperativa constitui-se, atualmente, de 10 grupos de produtores, que são: Pioneiros I, II e III, Cascalho, Baixa Verde, Eletrônica, BR, Linha 5, Linha 6 e Linha 12. Esses grupos são definidos pela relação de proximidade das propriedades dos associados, nos denominados ramais, que se reúnem, mensalmente, para tratarem de assuntos pertinentes à produção. O RECA abrange 260 famílias que são associadas, e outras 400 famílias do local são fornecedoras de produtos ao RECA, em articulação com associações diversas presentes neste território (ANDRÉ, 2017; MACEDO, 2020; TEIXEIRA et al., 2015; VAILATTI, 2020).

As frutas beneficiadas que se destacam, em termos de volume, são as seguintes – cupuaçu, seguido do açaí, maracujá, abacaxi, acerola e a bacaba. Os óleos vegetais extraídos são o de castanha-do-brasil, cupuaçu e andiroba, voltados para a produção de cosméticos, sendo a manteiga de cupuaçu o produto de maior importância. Ainda, na agroindústria de palmito de pupunha em conserva, são beneficiadas, em média, 3 mil hastes da palmeira por dia (SANTOS et al., 2017). Comercializa, também, sementes de pupunha, certificadas

pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (ANDRÉ, 2017).

O RECA, em uma única safra, chegou a beneficiar mais de um milhão de quilos de frutos, nas seguintes categorias – 350 toneladas de polpa de cupuaçu, 100 toneladas de sementes secas e fermentadas, 40 toneladas de manteiga de cupuaçu, 31.500 latas de castanha, 50 toneladas de óleo de castanha, mais de 256.500 hastes de pupunha, cerca de 113 toneladas de palmito beneficiado, 186 toneladas de polpa e 320 toneladas do fruto de açaí e 30 toneladas de sementes de pupunha. Na safra 2018-2019, foram beneficiados 1,7 milhão de quilos somente de cupuaçu (SANTOS et al., 2017; VAILATTI, 2020).

Por seu turno, os primeiros produtos entregues à Natura foram a manteiga de cupuaçu, o óleo de castanha, farinha de castanha, polpa de cupuaçu e açaí. Atualmente, os produtos fornecidos para a empresa são a manteiga de cupuaçu, óleo de andiroba e óleo de castanha (MACEDO, 2020). Pinto et al. (2013) evidenciam a importância desta relação comercial para o RECA. Além do impacto positivo na renda dos agricultores, foi firmado um sistema de repartição de benefícios entre empresa e os fornecedores; a certificação orgânica é importante para a parceria com a Natura. Além disso, a empresa investiu em adequações do sistema de gestão e produção do RECA (VAILATTI, 2020).

A parceria com a Natura promoveu ao RECA inúmeros benefícios a melhoria dos processos, garantiu a rastreabilidade, implantou o **sistema de repartição de benefícios** e favoreceu a aquisição da certificação orgânica. A repartição de benefícios de vários produtos como andiroba, castanha e cupuaçu, é um mecanismo fundamental para que o projeto RECA continue a ser viável. Os recursos oriundos dessa fonte tem sido em investido em desenvolvimento nas comunidades relacionadas ao RECA. Recentemente, o governo federal criou o Fundo Nacional para Repartição de Benefícios¹⁴, e para acessá-lo, o RECA fará capacitações, e os recursos serão distribuídos por meio de projetos (VAILATTI, 2020).

Neste contexto, a Natura, em parceria com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), tem investido no RECA por meio do **projeto Carbono Circular** desde 2013, uma ação de pagamento por serviço ambiental, que consiste

¹⁴. Para maiores informações, acessar: <https://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/fundo-nacional-para-a-reparticao-de-beneficios.html>



na remuneração dos produtores pela ação de manutenção e conservação da floresta em pé. Em 2017, a Natura pagou a 126 proprietários participantes da iniciativa R\$ 2 milhões, sendo que uma parte deste recurso é destinado a um fundo da cooperativa. Para isso, é feita uma auditoria independente que verifica a contrapartida na conservação da floresta. A expectativa é de alcançar taxa zero de desmatamento na região do projeto (COSMÉTICOS BR, 2018).

De acordo com Pinto et al. (2013) e Ângelo (2014), a entidade, ao longo de sua trajetória, vem firmando diversas parcerias com instituições financeiras, financiadores internacionais, ONGs, setor público e privado. Entre elas estão o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA), Banco da Amazônia (Basa), Embrapa, Senar/RO, Sebrae/RO, Emater/RO, SOS Amazônia, Terra Madre, WWF, Cooperação Alemã/GIZ, Banco do Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Universidades e Institutos Federais do Acre e Rondônia. Por ser um projeto de destaque na região amazônica, recebeu, ao longo de sua trajetória, alguns prêmios - Prêmio Ford, Negócios em Conservação, e o de Tecnologia Social, da Fundação Banco do Brasil. Ademais, o RECA tem participado em alguns momentos da câmara setorial agroextrativista de açaí e da castanha de Rondônia e dos Diálogos Pró-Açaí e Pró-Castanha organizados pela Cooperação Alemã/GIZ e demais parceiros (MACEDO, 2020).

A produção de açaí

Em relação ao açaí, a cooperativa beneficia e oferece os seguintes produtos – polpa, licores, geleias, doces e trufas para o mercado nacional que, por sua vez, é adquirido de extrativistas provenientes dos estados de Rondônia, Acre e Amazonas. Os frutos são comprados tanto de cooperados como de não cooperados; no entanto, somente os cooperados são certificados. Os que não participam da cooperativa possuem uma rastreabilidade parcial das etapas presentes na cadeia do açaí, sendo esta produção vendida para empresas que não exigem garantia de origem do produto. Anualmente, o RECA entrega cerca de **100 a 200 toneladas de polpa de açaí para as indústrias** mercado nacional, sendo que, na safra de 2019, foram comercializadas apenas 8 toneladas do produto (envolvendo 12 produtores) devido a questões relacionadas à sanidade dos frutos. O problema foi a ocorrência de um tipo de fungo nos frutos, que secaram antes de maduros. O rendimento foi muito baixo, menor que 30%. (ANDRÉ, 2017; MACEDO, 2020).

Vale mencionar que nos últimos anos, a aquisição do açaí pela cooperativa não tem sido tão vantajosa por conta da logística, dado que os locais de coleta do açaí ficam distantes cerca de 40 a 50 km da sede. A cooperativa precisou, algumas vezes, arcar com os custos do frete para buscar o produto nos locais de coleta, o que acabou sendo custoso e encareceu o produto, e chegou a gerar prejuízo para a organização. O que tem sido feito é o recebimento do produto na sede da cooperativa, ou seja, somente entregam os coletores que tem condições de levar o açaí até o local (VAILATTI, 2020).

Grande parte do açaí processado na agroindústria de polpa não é de associados do RECA. Os frutos são selecionados e pesados na fábrica. O processo é feito da seguinte maneira – os frutos são lavados e aquecidos em um tacho para que soltem a polpa das sementes, processo que dura, em média, 20 minutos. Depois, é resfriado e passa pela despulpadeira, que tem a capacidade de processar 100 kg de produto/hora. Por fim, a polpa é alocada em sacos de 1 kg e 5kg, e condicionadas em uma câmara frigorífica, estando aptos para a venda. Devido à capacidade limitada de armazenamento da polpa e à questão de logística para buscar o produto (como explicado anteriormente), a cooperativa não tem condições de fornecer

ao mercado mais de 200 toneladas de açaí ao ano (ANDRÉ, 2017; TEIXEIRA et al., 2009; VAILLATI, 2020).

Projetos executados e associados

O RECA destaca três iniciativas ao longo do seu percurso: (i) Projeto Concretizar – “Viabilizando a Produção Sustentável da Agricultura Familiar no Acre e na Ponta do Abunã em Rondônia” (lançado em 2015 e finalizado em 2018) com financiamento do Fundo Amazônia, objetivando a implementação de mais de 300 ha de SAFs em áreas degradadas ou em desuso; (ii) Projeto Fontes Novas – com foco na recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e SAFs – foi desenvolvido no ano de 2010; (iii) Projeto Produzir, executado entre 2007 e 2008, voltado à viabilização de SAFs (MACEDO, 2020; PROJETO RECA, 2018).

No que tange o projeto Concretizar, este teve como objetivos fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu e do açaí, por meio da implementação de SAFs e da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas na região de atuação do RECA. Com este propósito, foram investidos cerca de R\$ 6 milhões pelo Fundo Amazônia, o que resultou em na implementação de 315,24 hectares de SAFs, por meio do plantio de mais de 300 mil mudas de plantas frutíferas e essências florestais, além de apoio técnico e acompanhamento nas comunidades, realização de eventos, cursos e capacitações e o desenvolvimento de obras de ampliação e modernização das agroindústrias. Deste modo, esta iniciativa resultou em impactos positivos para os associados e parceiros do projeto RECA, por meio de geração de renda, restauração florestal e conservação da biodiversidade (FUNDO AMAZÔNIA, 2020). Atualmente, está em curso um projeto para combate ao incêndio na região de abrangência do RECA, em parceria com o WWF (VAILLATI, 2020).

Seção III

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, e com base em um conjunto de reflexões realizadas pelos diferentes atores participantes deste estudo, apresentam-se os principais apontamentos relacionados aos benefícios e desafios de esquemas de sustentabilidade para a cadeia de valor do açaí, divididos nos seguintes blocos: aspectos sociais, ambientais e econômicos (para empresas e organizações sociais), seguidos de recomendações.

PARA EMPRESAS

Principais benefícios percebidos pelo setor

ASPECTOS SOCIAIS

Esquemas de sustentabilidade ajudam na padronização das relações entre empresas e fornecedores no que diz respeito à segurança no trabalho, a relações trabalhistas justas e à eliminação do trabalho escravo e infantil.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Promove a rastreabilidade da cadeia de abastecimento e minimiza riscos e passivos socioambientais.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Entrada em mercados internacionais que valorizam as certificações enquanto importantes salvaguardas socioambientais.

PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Principais benefícios percebidos por associações e cooperativas

ASPECTOS SOCIAIS

Padrões de Sustentabilidade ajudam na gestão do empreendimento comunitário, especialmente em aspectos administrativo-financeiros e relacionados ao cumprimento de questões legais.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Promovem as boas práticas de manejo do açaí, capacitações diversas relacionadas à adoção de práticas sustentáveis para o sistema produtivo, garante que o produto seja orgânico, beneficiando os coletores envolvidos no manejo, entre outros aspectos.

ASPECTOS ECONÔMICOS

Os Padrões de Sustentabilidade promovem maior visibilidade aos empreendimentos e tendem a contribuir com a captação de projetos financiados por fundações e empresas. Normalmente os projetos são operacionalizados pelos próprios empreendimentos comunitários ou organizações do terceiro setor, e os Padrões de Sustentabilidade garantem contrapartidas/salvaguardas socioambientais importantes para o recebimento de determinados recursos financeiros.

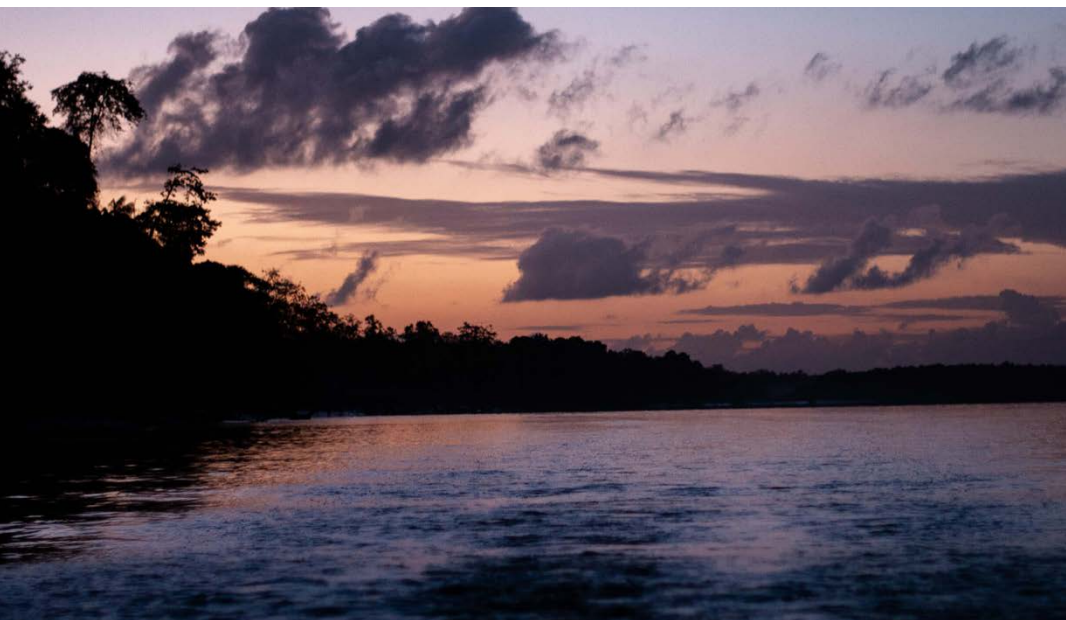


Foto: Amazonba

DESAFIOS (PARA EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS)

Demais aspectos

- Assistência técnica e extensão rural (ATER) para as comunidades agroextrativistas nem sempre considera aspectos relacionados aos Padrões de Sustentabilidade.
- **Padrões de sustentabilidade podem auxiliar na melhora do preço de vendas.** Esta é uma questão controversa e variável – em alguns casos, sim, a certificação agrega valor ao produto (principalmente para empresas privadas que atuam no mercado internacional, como o europeu), mas, no Brasil, percebe-se que não é muito fácil agregar valor a partir das certificações. Contudo, no tocante à certificação orgânica, como na entrega de alimentos orgânicos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, esses produtos podem alcançar até 30% a mais no valor final em comparação com a produção convencional.
- **Custos que envolvem as certificações:** O custo da maioria das certificações não é apropriado, em grande parte, para que as associações e cooperativas custeiem o processo. Não necessariamente porque o custo dos processos de certificação seja alto, mas pelas próprias dificuldades financeiras que empreendimentos comunitários amazônicos costumam enfrentar, seja por pouco capital de giro e fluxo de caixa; por não conseguirem financiamentos adequados; por uma logística muitas vezes complexa e custosa; ou até mesmo pela dificuldade em gestão do negócio etc.

Muitas vezes, a certificação somente acontece por estar atrelada a grandes projetos ou a fundos sociais. O que fragiliza esse esquema de certificação é o fato de que, em determinados momentos, a

organização social pode não ter apoio via projetos (ou de outra origem) e não ter condições de manter o esquema em atividade. Para o setor empresarial, este custo pode ou não ser um problema. De todo modo, geralmente, é mais um investimento que a empresa faz, e a certificação orgânica, por exemplo, na maioria das vezes, é condição para a exportação do açaí.

- **Informalidade nos primeiros elos da cadeia** e informações precárias nas principais bases de dados no nível nacional.
- Os Padrões de Sustentabilidade, na maior parte do tempo, não têm contribuído para a gestão da informação dos empreendimentos e da cadeia como um todo.

Nota-se, em boa parte dos empreendimentos estudados, que existe uma pequena quantidade de informações sobre as comunidades fornecedoras de açaí e sobre as relações entre fornecedores e compradores/empresas (quem são, onde estão, histórico das relações entre empresas e comunidades, quantidade comercializada anualmente, etc.).

- **Parcerias de longo prazo entre comunidades e esquemas de certificação:** Compreende-se que as parcerias duradouras potencializam o amadurecimento e a melhoria da gestão de negócios entre os diversos elos da cadeia, como por exemplo – comunidade – empresa compradora – certificadora.
- **Poucas sinergias com o Poder Público:** Por meio de programas governamentais e políticas públicas, é preciso fortalecer e aprimorar a presença do Estado no contexto do desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade.
- **Similaridade entre Padrões de Certificação:** As certificações, em diversos quesitos, cumprem um papel muito semelhante. Trata-se, portanto, de

uma questão que precisa ser melhor desenvolvida, ou seja, existe a necessidade de diálogo entre os diferentes esquemas de certificação, para que atuem de maneira colaborativa, em benefício de todos os componentes de uma cadeia de valor.

- Organizações sociais, geralmente, são dependentes de projetos para alavancar os seus negócios. O financiamento e a disponibilização de parte desses recursos vinculam-se ao governo federal, o qual pode ser favorável ou não à promoção da sociobiodiversidade e à conservação do bioma amazônico.

RECOMENDAÇÕES/APONTAMENTOS DE CAMINHOS

Gestão da informação

- Disseminar informações e experiências de empreendimentos certificados entre diversos atores na cadeia do açaí.
- Estimular que Padrões de Sustentabilidade tratem a gestão da informação como requisito importante na sustentabilidade da cadeia.
- Estimular o uso de *blockchain* e *big data* em auditorias de certificação.

Articulações entre padrões

- Elaboração, sistematização e disseminação de informações que comparem princípios e normas de diferentes padrões de certificação, com o intuito de facilitar que um mesmo empreendimento possa cumprir um único conjunto de procedimentos e obter diferentes selos.
- Promover auditorias integradas de diferentes padrões de certificação.

- Promover articulações e encontros entre Padrões de Sustentabilidade para alinhamentos entre o que se entende por um “açáí sustentável”.

Políticas públicas

- Estimular a utilização de conteúdos relacionados a Padrões de Sustentabilidade em serviços de ATER.
- Reconhecimento de diferentes Padrões de Sustentabilidade em políticas de compras públicas, como PNAE, PAA etc.
- Subsídio fiscal e créditos diferenciados para os PFNMs, para potencializar a autonomia dos empreendimentos e que possam beneficiar empreendimentos certificados ou em transição.
- Promoção de iniciativas de certificação voltadas para territórios, com foco em mercados locais.


Publicidade

- Promoção de campanhas de publicidade sobre Padrões de Sustentabilidade para o mercado consumidor, com foco na conservação da Amazônia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/ Instituto Terroá, mar. 2020.
- ALVES, G.; RAMOS, R. P. Açaiberry: Brazil's super fruit. In: PULLANIKKATIL, D.; SHACKLETON, C. (eds.). Poverty reduction through non-timber forest products. Sustainable Goals Series. Springer, Cham. 2019.
- AMAZONBAI. O justo sabor da floresta. Disponível em: amazonbai.com.br. Disponível em: www.amazonbai.com.br. Acesso em 27 mar. 2020.
- ANDRÉ, S. Exemplo que vem da floresta – Projeto criado no meio da Amazônia e sem ajuda dos governos chega aos trinta anos lucrando com a floresta em pé. Sócios e Negócios, Revista da Cooperativa Central de Créditos do Norte do Brasil/SICOOB Norte. Junho/2017. Disponível em <https://sociosenegocios.com.br/revistas-digitais/revista-digital-11/>. Acesso em 26 abril 2020.
- ÂNGELO, D. D. Do sonho à luta de sobrevivência na Amazônia: a "caminhada" das famílias camponesas do projeto RECA. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2014.
- BARBOSA, D. P. A construção social do mercado de açaí para fortalecer a gestão territorial na Ilha do Capim, no município de Abaetetuba no estado do Pará. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília. Brasília, 2019.
- BDK. Disponível em: https://bdk.com.br/quem_somos. Acesso em: 09 abril 2020.
- BARBOSA, F. W.; SOUSA, E. P. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. Revista Economia & Tecnologia, v. 8, n. 4, 2012.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 7, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. Diário Oficial da União, Brasília, 19 maio 1999. Seção 1, p. 11.
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, n. 250, 24 dez. 2003. Seção 1, p. 8.
- BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 dez. 2007.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 11 mar. 2020.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. (2001). A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.
- CAVALCANTE, M. S.; SILVA, T. A. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, 31 mar. 2020.
- COSMÉTICOS BR. Projeto Carbono Circular da Natureza remunera pela conservação da Amazônia. (2018) Disponível em: <https://www.cosmeticosbr.com.br/conteudo/projeto-carbono-circular-da-natureza-remunera-pela-conservacao-da-amazonia/>. Acesso em: 26 abril 2020.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. Natura conclui compra da Avon e cria 4ª maior empresa de beleza no mundo. (2020). Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/01/epoca-negocios-natura-conclui-compra-da-avon-e-cria-4a-maior-empresa-de-beleza-do-mundo.html>. Acesso em: 06 abril 2020.
- FAIR FOR LIFE. Certification programme for Fair Trade and responsible supply chains. (2017). Disponível em: <https://www.fairforlife.org/client/fairforlife/file/News/Tools/FFLFlyer2017Web.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- FAIRFORLIFE. Operador certificado – Bela Iça Polpas de Frutas Indústria e Comércio Ltda. (2019). Disponível em: https://www.fairforlife.org/pmws/indexDOM.php?client_id=fairforlife&page_id=certified&lang_iso639=en&company_id=1291. Acesso em: 23 abril 2020.
- FAIR FOR LIFE. Disponível em: https://www.fairforlife.org/pmws/indexDOM.php?client_id=fairforlife&page_id=home. Acesso em 16 mar. 2020.
- FRANKE, I. L. et al. Análise socioeconômica dos agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), em Nova Califórnia, Rondônia. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, 2008, Rio Branco, Amazônia, mudanças globais e agronegócios: o desenvolvimento em questão: anais. Brasília, DF: Sober; Rio Branco: UFAC, 2008.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Principios y Criterios del FSC para el Manejo Forestal Responsable. FSC-STD-01-001V5-2 ES. Bonn, Alemanha, 2015a.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Procedimento de Serviços Ecosistêmicos: Demonstração de Impactos e Ferramentas de Mercado. FSC-PRO-30-006 V1-0 PT. Bonn, Alemanha, 2018.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Fatos e números. (2019a). Disponível em: <https://fsc.org/en/page/facts-figures>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Fatos e Figuras. (2019b) Disponível em: https://www.fsc.org/sites/fsc.org/files/2019-12/Facts_and_Figures_2019-12-04.pdf. Acesso em: 21 abr. 2020.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Sobre o FSC Brasil. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/fsc-brasil>. Acesso em: 04 mar. 2020a.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Sobre o FSC Brasil. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/fsc-brasil/fatos-e-nmeros>. Acesso em: 04 mar. 2020b.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Custos. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/certificacao/custos>. Acesso em: 04 mar. 2020c.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Custos. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/certificacao/beneficios>. Acesso em: 04 mar. 2020d.
- FUNDO AMAZÔNIA. Projeto Concretizar. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Concretizar/>. Acesso em: 25 abril 2020.
- FUNDO IRATAPURU. Disponível em: <https://www.fundoiratapura.com/quem-somos>. Acesso em: 07 abril 2020.
- IBD. Selo orgânico IBD. 2019. Disponível em: <https://www.ibd.com.br/selo-organico-ibd/>. Acesso em: 09 abril 2020.
- IMAFLORA. Manual de Funcionamento e Operação FSC para serviços ecossistêmicos do Brasil. (2018). Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-funcionamento-e-operacao-do-origens-brasil.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- IMAFLORA. Amazonbai recebe a 1ª certificação FSC para serviços ecossistêmicos do Brasil. (2019). Disponível em: <http://imaflora.blogspot.com/2019/02/amazonbai-recebe-1-certificacao-fsc.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- IMAFLORA. Manual de Uso da Marca Origens Brasil. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-de-uso-da-marca.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- INSTITUTO TERROÁ. (2019a). Cooperativa Amazonbai conquista certificação ao mostrar que a conservação florestal tem muito valor. Disponível em: <https://www.institutoterroa.org/single-post/2019/03/12/Cooperativa-amazonbai-conquista-certificacao-c3a7%3%A30-a0-mostrar-que-a-onsevera-c3a7%3%A30-florestal-tem-muito-valor>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- INSTITUTO TERROÁ. (2019b). Protocolo Comunitário é construído por comunidades tradicionais da região do Beira Amazonas, no Amapá. Disponível em: <https://www.institutoterroa.org/single-post/2019/12/19/Protocolo-Comunitario-c3%A30-a9-construido-por-comunidades-tradicionais-da-Regiao-c3%A30-Beira-Amazonas-no-Amapa-c3%A1>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- INSTITUTO TERROÁ. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, mar. 2020.
- IOZZI, L. F. et al. Síntese das diretrizes para promover mecanismos de diferenciação e rastreabilidade de produtos da sociobiodiversidade. (2019). Instituto Terroá. Disponível em: <https://www.institutoterroa.org/publicacoes/pgid-jx3joyen-a76a3903-d12b-4e3a-8c72-518866b68zbb>. Acesso em: 04 mar. 2020.
- IPAM. Desafios para a sustentabilidade na cadeia do açaí – Subsídios para a iniciativa Açaí Sustentável. 2018.
- KIWA. JAS Certificação. Disponível em: <https://www.kiwa.com/lat-pt-br/servicos-na-america-latina/jas-certificacao/>. Acesso em: 09 abril 2020.
- LIMA, S. K. et al. Texto para discussão 2538 – Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- MACEDO, T. F. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, 17 mar 2020.
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Instrução Normativa Conjunta MAPA-MMA nº 17 de 28 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-conjunta-mapa-mma-no-17-de-28-de-maio-de-2009-extratvismo-sustentavel-organico.pdf/view>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Bioeconomia da floresta: a conjuntura da produção florestal não madeireira no Brasil. Brasília: MAPA/SFB, 2019.

- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Legislação – Orgânicos. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- NATURA. 2019a. Relatório Anual – Natura 2018. Disponível em: https://static.rede.natura.net/html/home/2019/agosto/relatorio_anual_natura_2018.pdf. Acesso em: 06 abril 2020.
- NATURA. 2019b. Com selo UEBT, Ekos torna visível seu respeito pela biodiversidade. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/inovacao/com-selo-uebt-ekos-torna-visivel-seu-respeito-pela-biodiversidade>. Acesso em: 06 abril 2020.
- NON GMO PROJECT. Disponível em: <https://www.nongmoproject.org/about/>. Acesso em: 09 abril 2020.
- NUNES, P. C. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/ Instituto Terroá, 23 mar. 2020.
- OLIVEIRA NETO, J. E.; SILVA, R. N. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, mar. 2020.
- ORGANICSNET. Manual de certificação de produtos orgânicos. Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- ORIGENS BRASIL. Biblioteca. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/folder-origens-brasil-portugues.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020a.
- ORIGENS BRASIL. II Relatório de Resultados e Transparências da Rede Origens Brasil. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/relatorio-de-transparencia-e-resultado.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020b.
- PETRUZ. Quem somos. Disponível em: <http://petruz.com/pt/petruz/quem-somos>. Acesso em: 09 abril 2020.
- PINTO, L. F. G. et al. Características, potencial e limitações de diferentes modalidades de certificação socioambiental para sistemas agroflorestais. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 30, n. 1/3, 2013. p. 11-32.
- PROJETO RECA. Certificações. 2018a. Disponível em: <https://www.projeto-reca.com.br/site/certificacoes/>. Acesso em: 25 mar 2020.
- PROJETO RECA. Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA e Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA. 2018b. Disponível em: <http://www.projeto-reca.com.br/site/>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- PROJETO da Natura incentiva reciclagem em comunidades do Caruarú. Correio da Amazônia, Manaus, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://correiodaamazonia.com/projeto-da-natura-incentiva-reciclagem-em-comunidades-de-caruaru/?amp>. Acesso em: 07 abril 2020.
- REDE GTA. Metodologia para a construção de protocolos comunitários. (2015). Disponível em: http://www.gta.org.br/wp-content/uploads/2015/01/GTA_metodologia_ONLINE_PT1.pdf. Acesso em: 27 mar. 2020.
- REDE GTA – GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO. Notícias da Rede GTA. (2016). Disponível em: <http://www.gta.org.br/news/post/produtores-do-arquipelago-do-bailique-estao-em-processo-de-certificacao-internacional-fsc-de-acaizais/>. Acesso em 27 mar. 2020.
- SANTOS, A. Q. et al. Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado): uma referência em sistemas agroflorestais. Cadernos de Agroecologia, análise do X CBA, v. 13, n. 1, mar. 2018.
- SEBRAE (SERVIÇO BRASILEIRO E APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS). Agricultura orgânica: cenário brasileiro, tendências e expectativas. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/0-24-que-e-agricultura-organica,69d9428afic-92410VgnVCM10000ob272010aRCRD>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- TEIXEIRA, A. L. T. et al. Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado. Projeto Conexão Local – Relatório Final. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1_-_reca_2.pdf. Acesso em: 26 abril 2020.
- THORSTENSEN, V.; MOTA, C. R.; CORRÊA, R. O. Comércio e Sustentabilidade (Série Cadernos de Normas Voluntárias de Sustentabilidade). São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2018, v.1. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/pdf/INMETRO.Caderno_Vol_1_NVS.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.
- UEBT. BioComércio Ético: para um abastecimento com respeito. (2014). Disponível em: https://absch.cbd.int/api/v2013/documents/5A19A016-5527-46C6-601C-4184A08288F4/attachments/UEBT%20Profile_2014_POR.pdf. Acesso em: 16 abril 2020.
- UEBT. Norma de BioComércio Ético (2019). Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/58bfcac22994ca36885f063e/t/5d3080bcfc077d00017ef280/1563459773412/Portuguese.pdf>. Acesso em: 28 abril 2020.
- UEBT (Union for Ethical Biotrade). Disponível em: <https://www.ethicalbiotrade.org>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- UEBT BIODIVERSITY BAROMETER. Disponível em: <http://www.biodiversitybarometer.org/#uebt-biodiversity-barometer-2018>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- UNESS (United Nations Forum on Sustainability Standards). Voluntary Sustainability Standards, Trade and Sustainable Development. (2018). Disponível em: <https://unfss.org/wp-content/uploads/2018/09/UNESS-3rd-Flagship-Report-FINAL-for-upload-1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.
- VAILATTI, F. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevistas concedidas a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, 01 maio 2020.
- YAMANAKA, E. S. Dossiê Técnico – Cultivo, extração e beneficiamento do açaí orgânico. SIRT/UNESP, 2012. Disponível em: <http://www.ciorganico.agr.br/wp-content/uploads/2012/10/A%20C3%87AI-ORGANICO.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.



PADRÕES DE
SUSTENTABILIDADE NA
CADEIA DE VALOR DA
AÇAÍ

